SEMINÁRIO ESTADUAL DE
HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC

Realização
FECAM
EGEM
Município de Treze Tílias
O Tirol Brasileiro

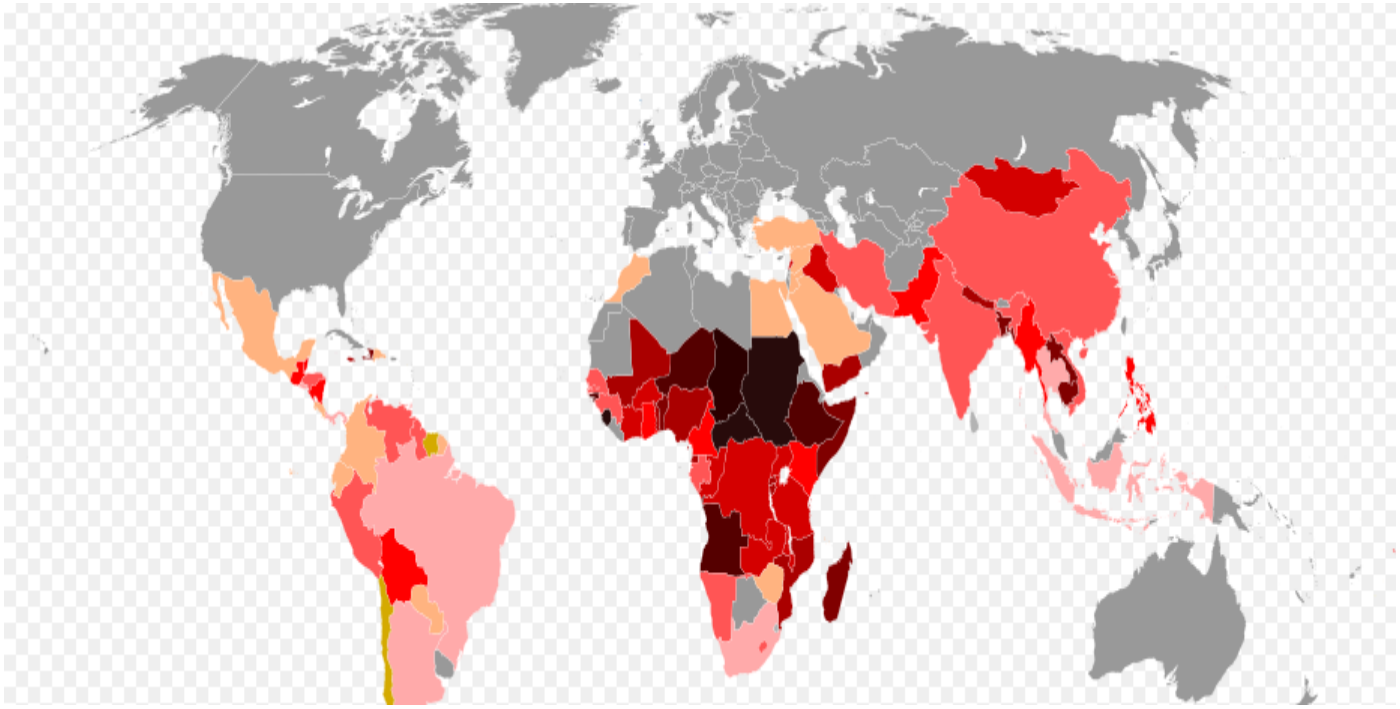
Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA

Direito à Cidade e Cidade para Todos

Claudia Pires

Arquiteta Urbanista

O mundo se faveliza



No Mundo: % da população urbana vivendo em favelas (dados de 2005 - fonte: UN-HABITAT - http://www.unhabitat.org/stats/Default.aspx)

SEMINÁRIO ESTADUAL DE
HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC
Realização
FECAM
EGEM
Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA



SEMINÁRIO ESTADUAL DE
HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC

Realização
FECAM
EGEM

Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA


SEMINÁRIO ESTADUAL DE
HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC
Realização
FECAM
EGEM
Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA


SEMINÁRIO ESTADUAL DE
HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC
Realização
FECAM
EGEM
Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA



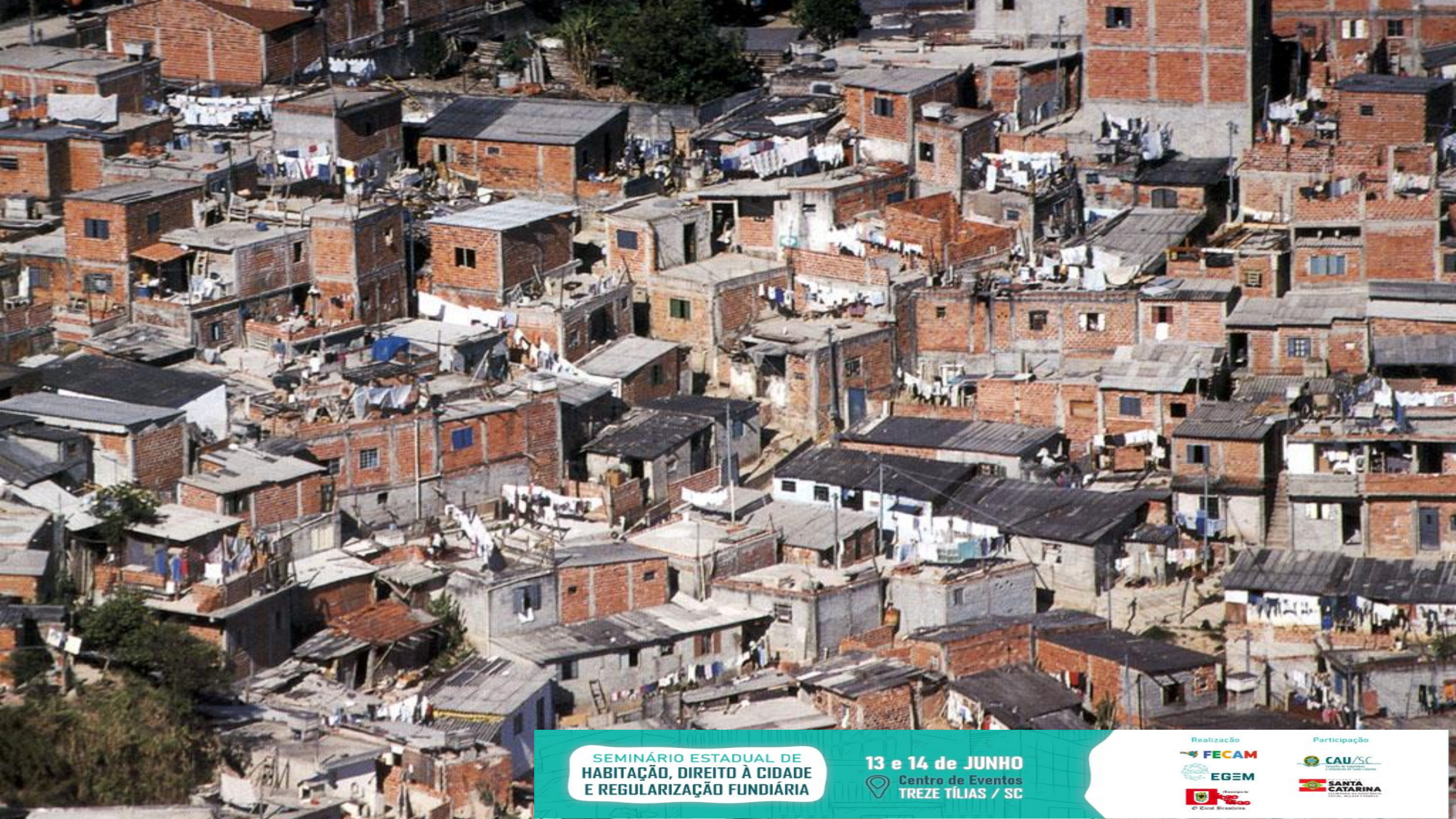
SEMINÁRIO ESTADUAL DE
HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC

Realização
FECAM
EGEM

Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA


SEMINÁRIO ESTADUAL DE
HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC
Realização
FECAM
EGEM
Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA



SEMINÁRIO ESTADUAL DE
HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC

Realização
FECAM
EGEM
Município de Rio do Oeste
O Orgulho Brasileiro

Participação
CAU/SC
Governo de Santa Catarina



SEMINÁRIO ESTADUAL DE
HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC

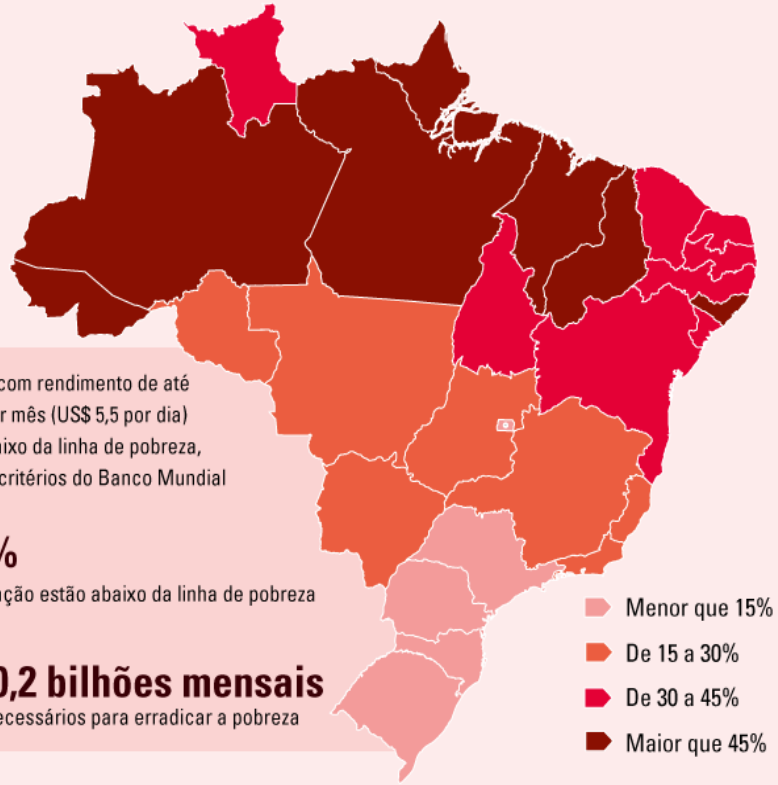
Realização
FECAM
EGEM

Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA


SEMINÁRIO ESTADUAL DE
HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC
Realização
FECAM
EGEM
Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA

Proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza

Por Unidades da Federação - 2017



Pessoas com rendimento de até R$ 406 por mês (US$ 5,5 por dia) estão abaixo da linha de pobreza, segundo critérios do Banco Mundial

26,5%
da população estão abaixo da linha de pobreza

R$ 10,2 bilhões mensais
seriam necessários para erradicar a pobreza

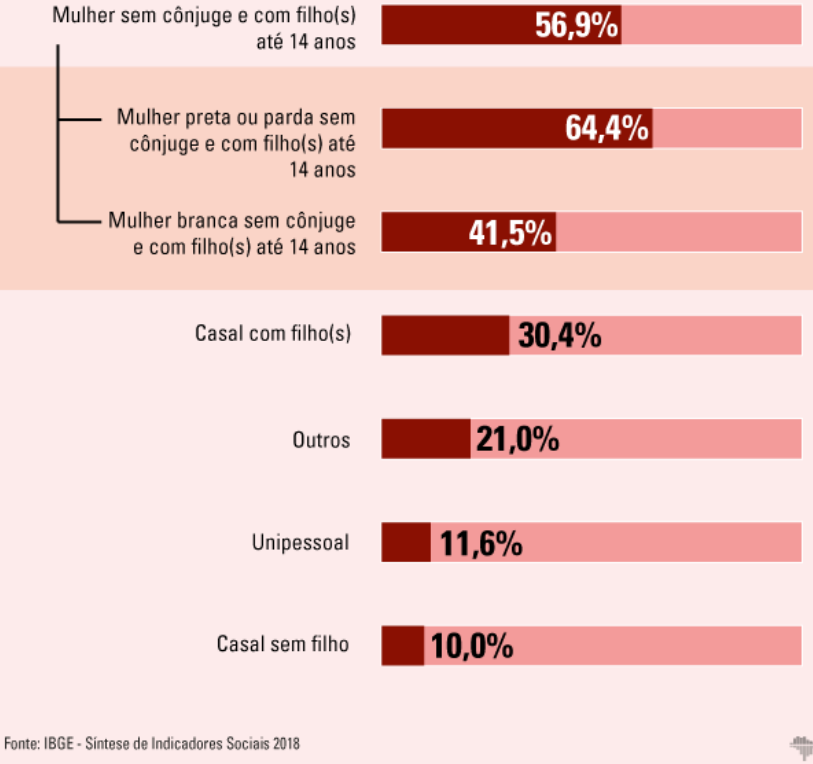
- Menor que 15%
- De 15 a 30%
- De 30 a 45%
- Maior que 45%

Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais 2018

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS

Proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza

Por arranjo domiciliar no Brasil - 2017



Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais 2018

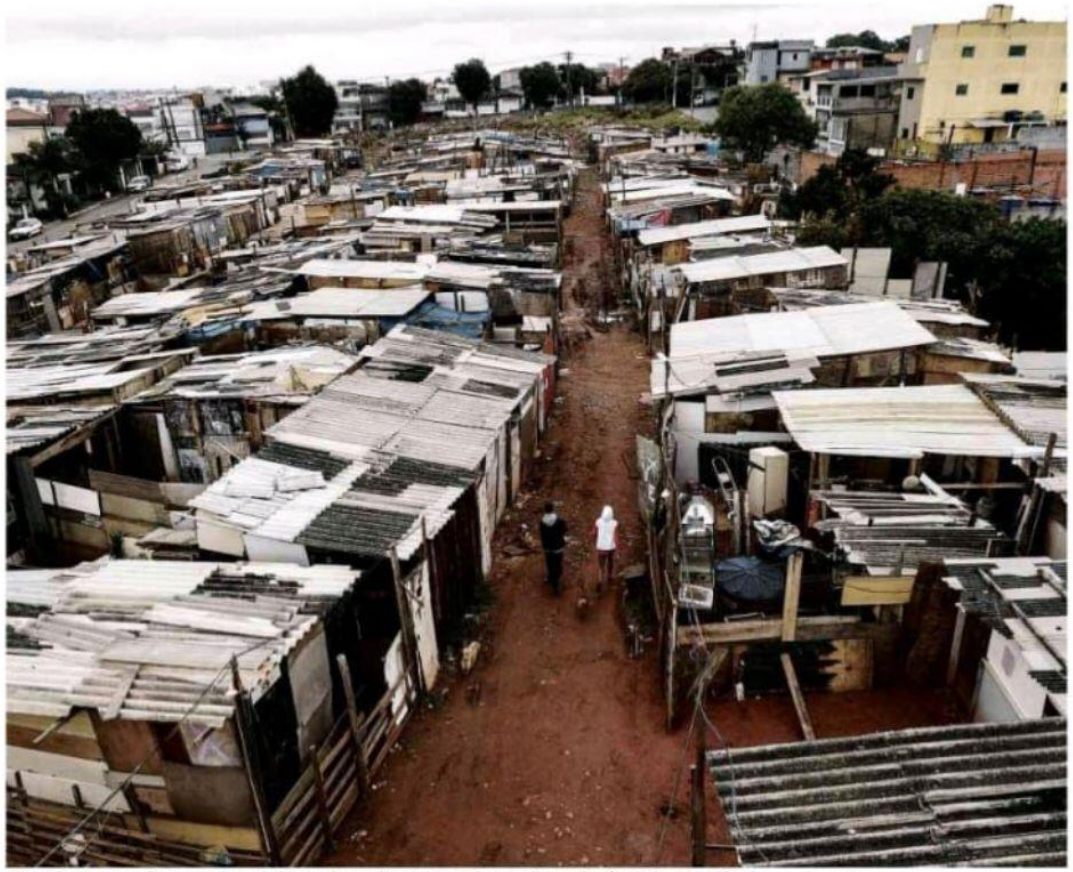


Fonte: https://www.dw.com/pt-br/fome-no-brasil-cresce-e-supera-taxa-de-quando-bolsa-fam%C3%ADlia-foi-criado/a-57187014

SEMINÁRIO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos TREZE TÍLIAS / SC
Realização FECAM EGEM
Participação CAU/SC SANTA CATARINA



A desigualdade cria contrastes territoriais



Ocupação Jorge Hereda, na zona leste de São Paulo, um dos conjuntos de moradia precária formados na pandemia Danilo Verpa/Folhapress

Domicílios em favelas de São Paulo disparam durante a pandemia de Covid

Capital ganhou 6.000 novos lares em situação precária desde 2019, acompanhando as ações de despejo no estado

Um novo bilionário surge a cada 26 horas desde o início da pandemia. Os dez homens mais ricos do mundo dobraram suas fortunas, enquanto mais de 160 milhões de pessoas foram empurradas para a pobreza. Nesse meio tempo, estima-se que 17 milhões de pessoas morreram de Covid-19 no mundo.

SEMINÁRIO ESTADUAL DE
HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC
Realização
FECAM
EGEM
Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA



File:Vista do Vila da Serra, pela MG-030, Nova Lima.png
Criação: 27 de dezembro de 2020

SEMINÁRIO ESTADUAL DE
HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC
Realização
FECAM
EGEM
Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA


SEMINÁRIO ESTADUAL DE
HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC
Realização
Participação
Realização
FECAM
EGEM
Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA



SEMINÁRIO ESTADUAL DE
HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC

Realização
FECAM
EGEM

Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA

A desigualdade Mata (Oxfam 2023)

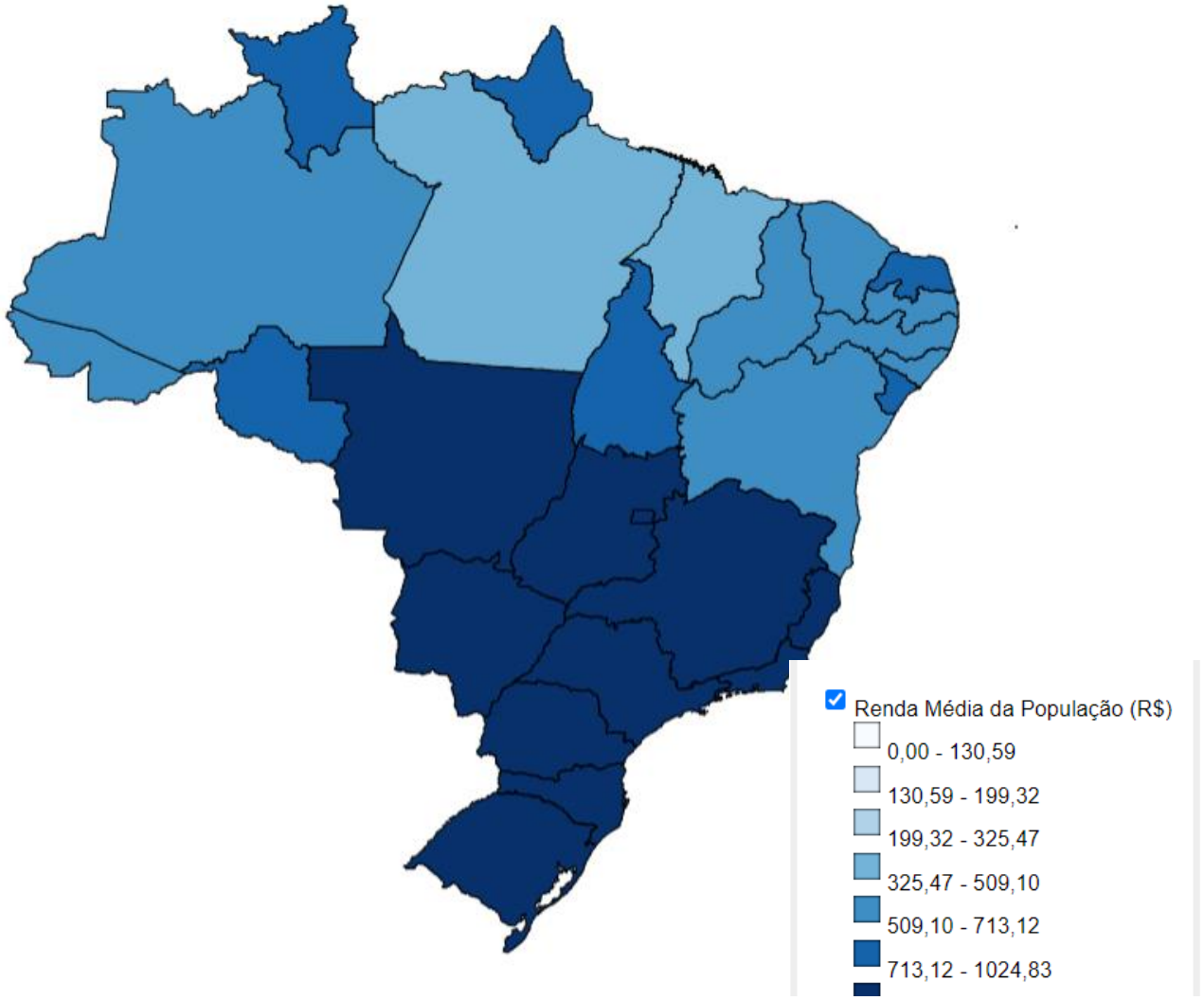
Enquanto um pequeno grupo de pessoas lucrou como nunca durante a pandemia, aumentando suas riquezas de maneira extraordinária, a maior parte da população global está arcando com os principais prejuízos – Desemprego, perda de renda, mortes. A pandemia aprofundou as desigualdades e isso está desestruturando nossas sociedades e matando pessoas.





A desigualdade de renda no Brasil é ainda maior do que o imaginado. Essa é a principal conclusão de estudo (Neri e Hecksher 2023) unindo a base de dados do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) à da Pnad Contínua: o índice de Gini chegou a 0.7068 em 2020, bem acima dos 0,6013 calculados apenas a Pnad contínua. Cada 0,03 pontos equivale a uma grande mudança da desigualdade.

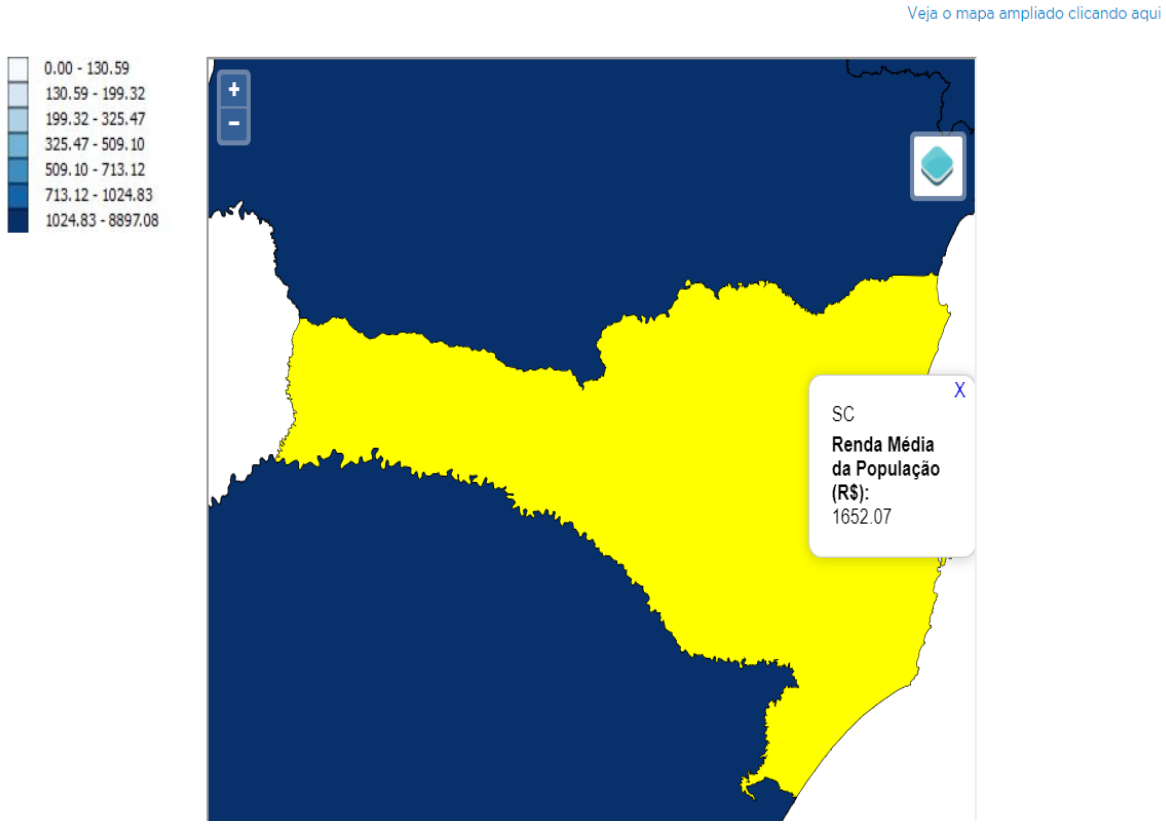
SEMINÁRIO ESTADUAL DE
HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC
Realização
FECAM
EGEM
Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA



Lugares do Brasil com mais renda do IRPF por habitante são: Unidade da Federação - 1.Brasília (R$ 3148) 2. São Paulo (R$ 2063) e 3. Rio de Janeiro (R$ 1754); Capitais: 1. **Florianópolis (R$ 4215),** 2. Porto Alegre (R$ 3775) e Vitória (R$ 3736); Municípios acima de 50 mil habitantes: 1. Nova Lima na Grande BH (R$ 8897), 2. Santana do Parnaíba/SP (R$ 5791), 3. São Caetano do Sul (R$ 4698), 4. Florianópolis, 5. Niterói (R$ 4192), 6. Santos (R$ 3783).

https://cps.fgv.br/riqueza





A Unidade da Federação com a menor declaração de patrimônio por habitante é o Maranhão (R$6.3 mil). No outro extremo está o Distrito Federal (R$95 mil). Mas mesmo dentro da capital há muita concentração de riqueza, liderada pelo Lago Sul (R$1,4 milhões). A renda IRPF por habitante no Lago Sul é R$ 23241 três vezes maior que o Município mais rico do Brasil que é Nova Lima na Grande BH (R$ 8897).

https://cps.fgv.br/riqueza

SEMINÁRIO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos TREZE TÍLIAS / SC
Realização FECAM EGEM
Participação CAU/SC SANTA CATARINA

Os 10 homens mais ricos do mundo têm hoje seis vezes mais riqueza do que os 3,1 bilhões mais pobres do mundo.

No Brasil, os 20 maiores bilionários do país têm mais riqueza do que 128 milhões de brasileiros (60% da população).

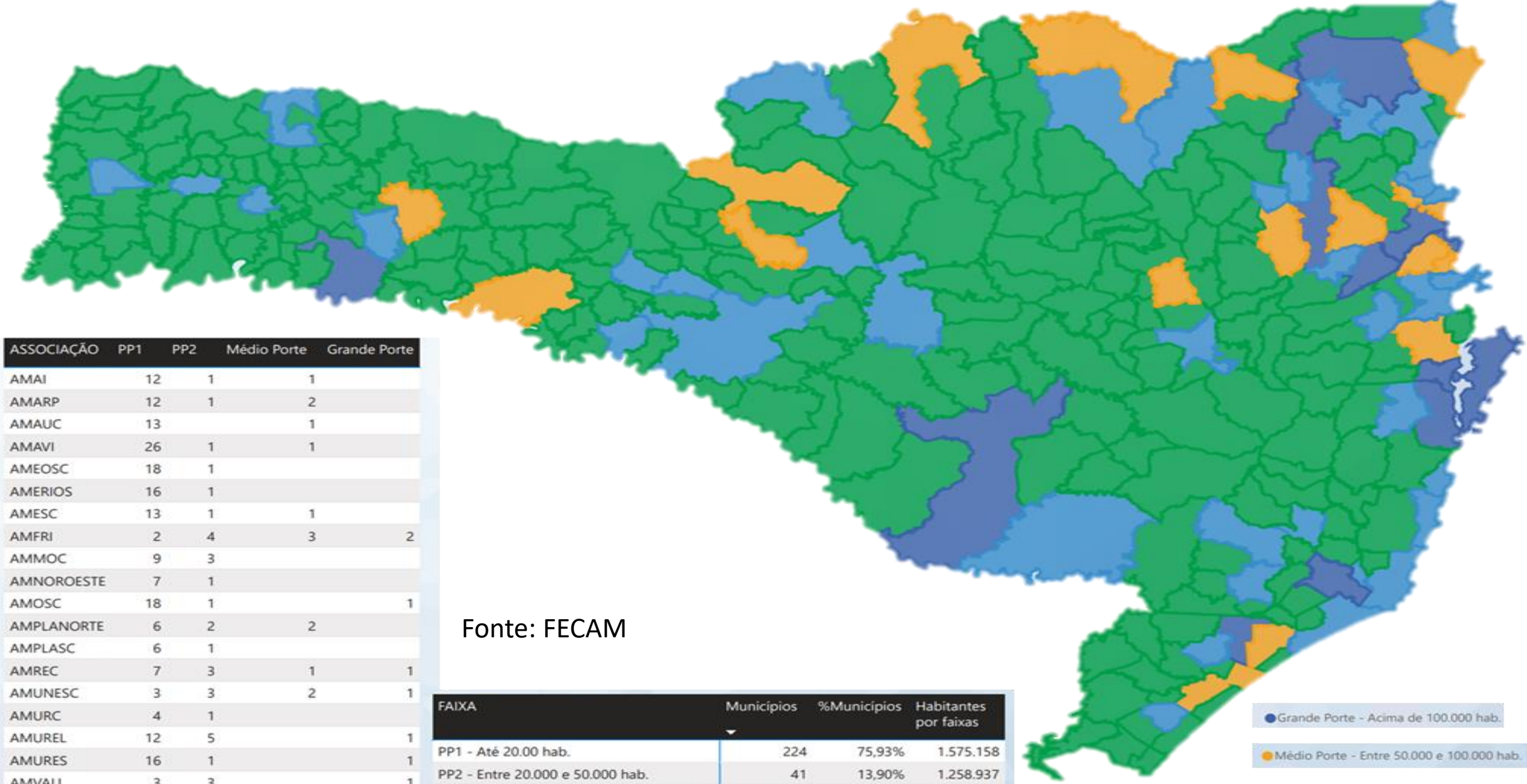
O 1% mais rico do mundo emite mais do que o dobro de CO^2 do que os 50% mais pobres do mundo, intensificando as mudanças climáticas e contribuindo para desastres naturais.



Algumas conclusões

84% dos brasileiros concordam em aumentar os impostos dos muito ricos para financiar políticas sociais; 56% estão de acordo com o aumento de impostos para todos como forma de apoiar as políticas públicas. Os brasileiros também apoiam o forte e decisivo papel do Estado como provedor de políticas públicas. **86% acreditam que o progresso do Brasil está condicionado à redução da desigualdade entre pobres e ricos, enquanto 85% concordam que é obrigação dos governos reduzir a distância entre muito ricos e muito pobres**.





ASSOCIAÇÃO	PP1	PP2	Médio Porte	Grande Porte
AMAI	12	1	1	
AMARP	12	1	2	
AMAUC	13		1	
AMAVI	26	1	1	
AMEOSC	18	1		
AMERIOS	16	1		
AMESC	13	1	1	
AMFRI	2	4	3	2
AMMOC	9	3		
AMNOROESTE	7	1		
AMOSC	18	1		1
AMPLANORTE	6	2	2	
AMPLASC	6	1		
AMREC	7	3	1	1
AMUNESC	3	3	2	1
AMURC	4	1		
AMUREL	12	5		1
AMURES	16	1		1
AMVALI	3	3		1
AMVE	7	3	2	2
GRANFPOLIS	14	4	1	3
Total	**224**	**41**	**17**	**13**

Fonte: FECAM

FAIXA	Municípios	%Municípios	Habitantes por faixas
PP1 - Até 20.00 hab.	224	75,93%	1.575.158
PP2 - Entre 20.000 e 50.000 hab.	41	13,90%	1.258.937
Médio Porte - Entre 50.000 e 100.000 hab.	17	5,76%	1.172.043
Grande Porte - Acima de 100.000 hab.	13	4,41%	3.332.335
Total	**295**	**100,00%**	**7.338.473**

PLANEJAMENTO E A IMPLANTAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA SÃO ESSENCIAIS PARA A TOMADA DE DECISÃO. SE ACOMPANHADOS DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS, PODEM CORRIGIR DESIGUALDADES NO CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC)

Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)

Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo

Usucapião especial de imóvel urbano

Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública

Transferência do Direito de Construir (TDC)

Direito de superfície

Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC)

Direito de preempção

Fonte: https://icidadessustentaveis.org.br/



Fonte: Carlos Leite

SEMINÁRIO ESTADUAL DE
HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC
Realização
FECAM
EGEM
Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA

A CIDADE EM PERSPECTIVA
integração na gestão pública municipal

Integrar as diferentes áreas de atuação da gestão pública municipal, analisando as relações de interdependência entre elas, é fundamental para a elaboração de um Plano Urbano Integrado. Confira alguns setores essenciais nesse processo e os principais exemplos relacionados.

Infraestrutura Urbana

A implantação de serviços públicos a partir da análise das relações que eles têm entre si qualifica o território. Exemplos: transportes, trabalho e renda, saneamento básico e gestão integrada de resíduos sólidos.

Mobilidade e Acessibilidade

Acesso à cidade como direito fundamental: o planejamento da mobilidade urbana e da acessibilidade local fortalece a democratização do território e abre espaço para oferecer moradia e equipamentos públicos próximos a locais de trabalho. Exemplo: Plano Municipal de Trânsito e Transporte.

Habitação e Uso do Solo

Os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade trazem ganhos para a gestão de funções essenciais nessas duas áreas. Permitem ainda ampliar a oferta de moradia, a melhoria da qualidade de vida e a redução da pobreza. Exemplos: Plano Local de Habitação de Interesse Social e Zoneamento Urbano.

Equipamentos Sociais e Comunitários

A infraestrutura também pode dar suporte à elaboração de políticas locais. Ainda, pode ampliar a qualidade e a capacidade do atendimento em áreas como cultura, lazer e esportes. Exemplo: Centro de Referência da Assistência Psicológica e Social e centros culturais.

Economia Urbana

A economia municipal vista em seu contexto regional é reconhecida por meio da análise de distribuição e organização das atividades econômicas locais frente às necessidades sociais e ambientais. Exemplos: Arranjo Produtivo Local e Aglomerados Urbanos.

Mudança Climática e Resiliência

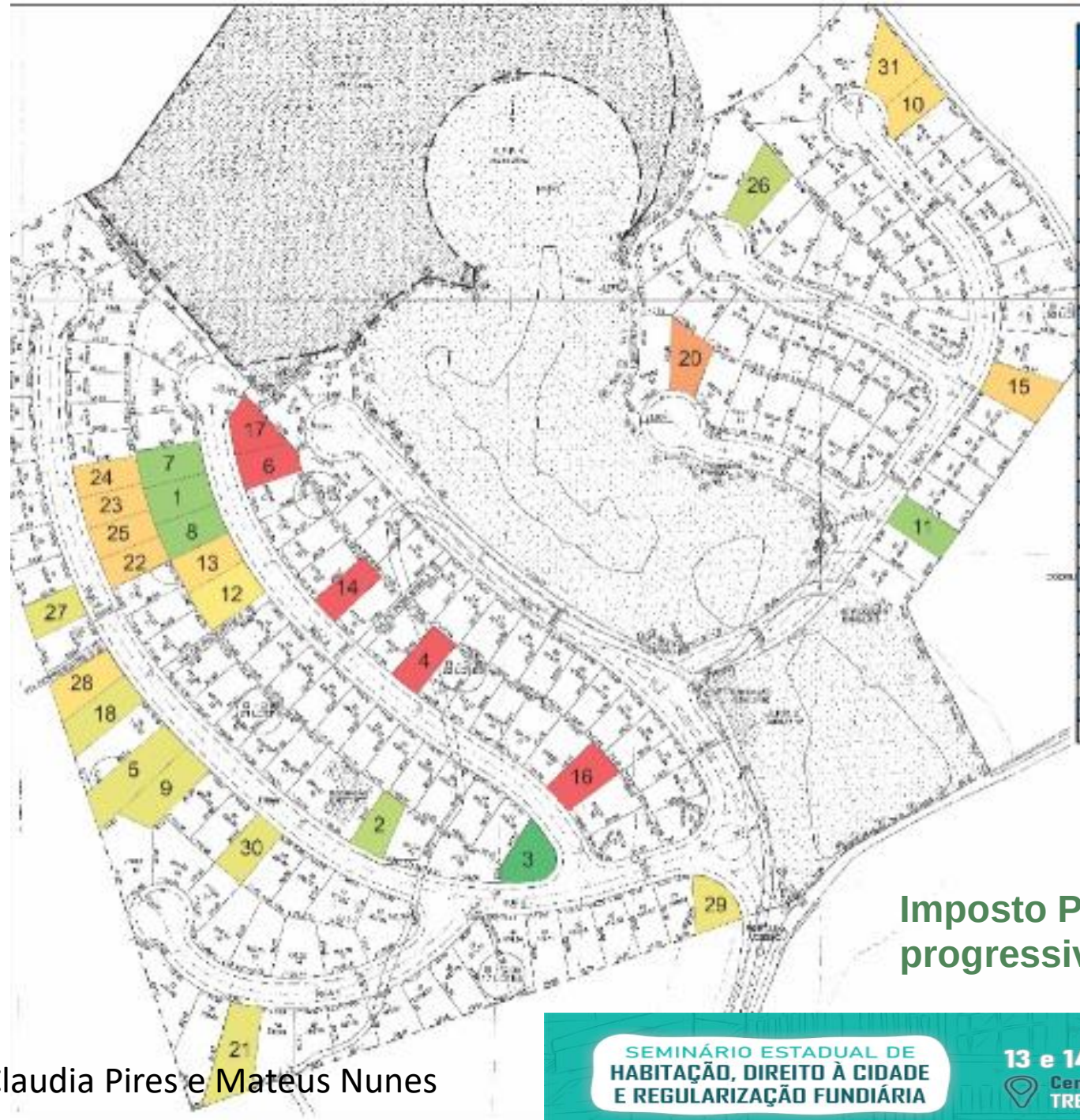
Planos de Resiliência Urbana ou Planos de Ação sobre as Mudanças Climáticas, juntos com demais planos setoriais, servem de subsídio ao planejamento integrado ao orientar a adoção de medidas necessárias, como a mitigação de impactos e a capacitação de técnicos da prefeitura e da população.

Estrutura dos Serviços Públicos

Deve considerar a integração dos diversos planos municipais e a complementação das definições previstas nas legislações federal e estadual, quando necessário. Exemplo: estudos e atividades de apoio à elaboração dos planos municipais sob a visão do planejamento integrado.

SEMINÁRIO ESTADUAL DE
HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC
Realização
FECAM
EGEM
Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA

Fonte: Plano de Desenvolvimento Integrado- ICS



	NOME	QUADRA	LOTE	Diferença encontrada
1	ADAO MARTINS DA SILVA	4	5	1,47
2	ANDERSON EXPEDITO DA SILVA	5	15	1,62
3	ANDRE VINICIUS ALMEIDA MARQUES	5	12	1,14
4	ANGELA SANDIM	3	21	2,98
5	ATHOS RODRIGUES DE ARAUJO	7	4	1,84
6	CARLOS ALBERTO SOARES SENRA	2	13	2,98
7	CELSO REZENDE LARA	4	4	1,47
8	CLAUDIA SIMONE LARA	4	6	1,47
9	DENISE MORAIS DE CARVALHO	7	5	1,84
10	EDILSON DE OLIVEIRA	1	17	2,04
11	FABIANO MENEZES VALLE	1	3	1,49
12	IVD RESENDE LARA	4	8	1,94
13	IVD RESENDE LARA	4	7	2,06
14	JAMAG COMERCIO LTDA	2	8	2,98
15	JOAO DA SILVA JUNIOR	1	8	2,13
16	LUCIANO LIMA LAGES	3	15	2,98
17	KATIA MARA SOUTO PRADO	2	14	2,98
18	LACI SILVA SOUSA	7	2	1,84
19	LEANDRO SOARES FORNERIS	1	5	1,49
20	LUCIANO LIMA LAGES	1	52	2,50
21	LUCINEI DAS DORES NEPOMUCENO	8	15	1,84
22	LUIZ ANTONIO CARVALHO GONZAGA	4	12	2,13
23	LUIZ ANTONIO CARVALHO GONZAGA	4	14	2,13
24	LUIZ ANTONIO CARVALHO GONZAGA	4	15	2,13
25	LUIZ ANTONIO CARVALHO GONZAGA	4	13	2,13
26	DANIEL LESSA BATISTA DINIZ	1	54	1,66
27	MÁRCIO BATISTA FERREIRA	6	12	1,84
28	MARCOS GONCALVES LOPES	7	1	2,02
29	MAURICIO DE OLIVEIRA LOPES	8	1	1,87
30	PAULO HENRIQUE MELGAÇO	7	8	1,84
31	RUDARÉ CONSTRUÇÕES	1	18	2,04

Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo- Analise

Fonte: Claudia Pires e Mateus Nunes

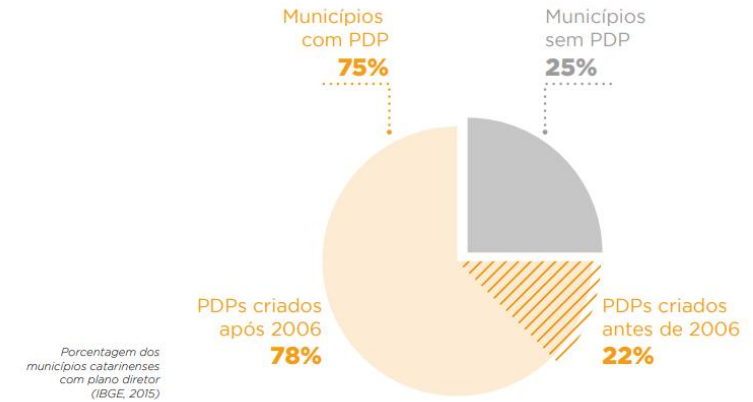
SEMINÁRIO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC
Realização
FECAM
EGEM
Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA

ELABORAÇÃO DE PDP

1. Preparação do processo
2. Leitura da realidade municipal
3. Propostas e instrumentos
4. Versão preliminar do PDP e consulta pública
5. Conferência final e consolidação do Projeto de lei

ENVIO À CÂMARA MUNICIPAL

IMPLEMENTAÇÃO DO PDP



Porcentagem dos municípios catarinenses com plano diretor (IBGE, 2015)



Fonte: CAUSC

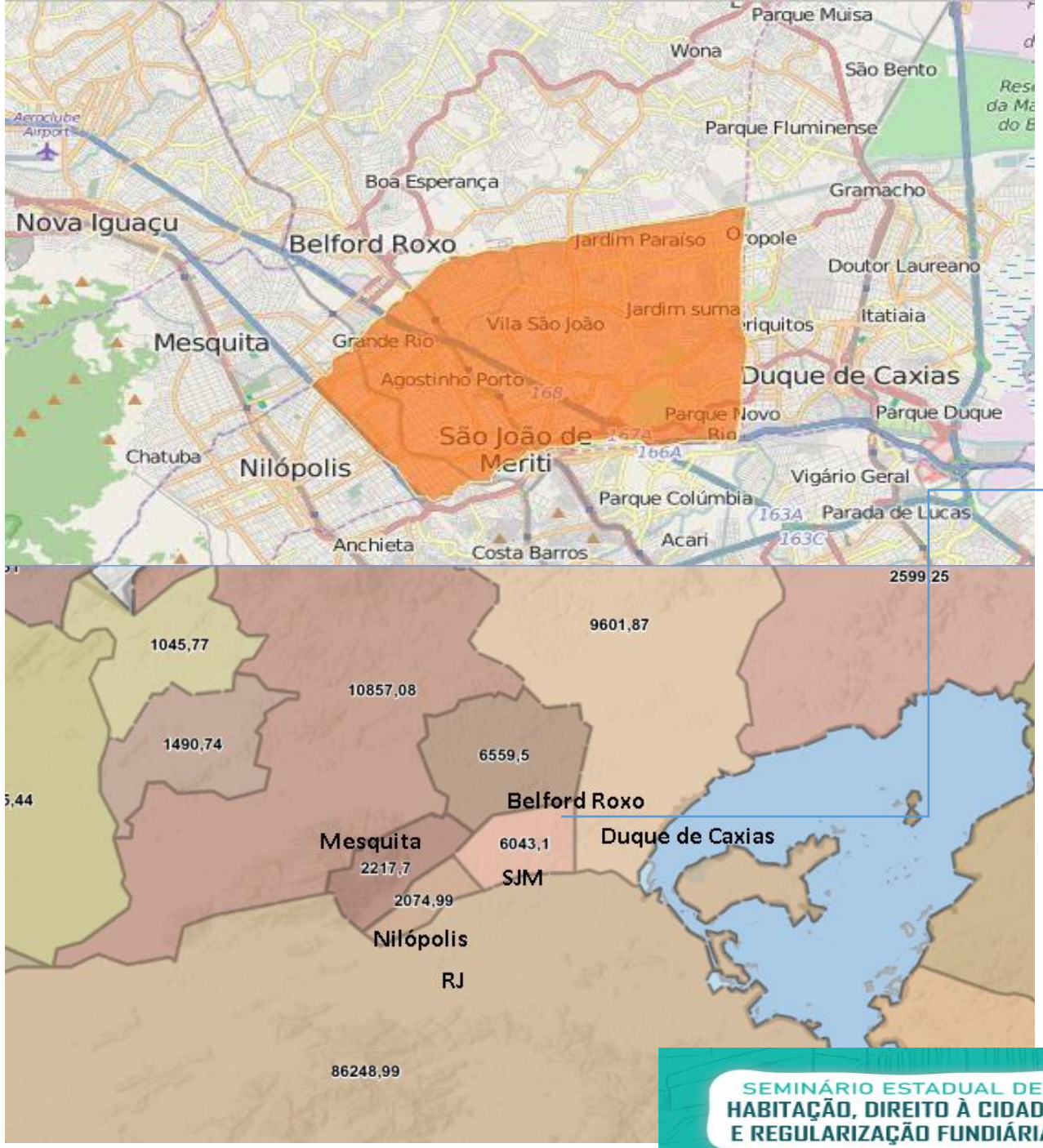


LOCALIZAÇÃO DOS ODS NAS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS À ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	ODS 1	ODS 2	ODS 3	ODS 4	ODS 5	ODS 6	ODS 7	ODS 8	ODS 9	ODS 10	ODS 11	ODS 12	ODS 13	ODS 14	ODS 15	ODS 16	ODS 17
Legislação	redução da pobreza	fome zero e agricultura sustent.	boa saúde e bem-estar	educação de qualidade	igualdade de gênero	água limpa e saneamento	energia acessível e limpa	emprego digno e cresc. econômico	indústria, inovação e infraestrutura	redução das desigualdades	cidades e comunidades sustentáveis	consumo e produção responsáveis	combate às alterações climáticas	vida debaixo d'água	vida sobre a terra	paz, justiça e instiuições fortes	parcerias em prol de metas
L1. constituição federal de 1988 (artigos 18, 21-24, 182 e 183)	L1	L1	L1	L1	L1	L1	L1	L1	L1	L1	L1	L1	L1	L1	L1	L1	L1
L2. constituição do Estado de Santa Catarina de 1989 (artigos 138-143)	L2	L2	L2	L2	L2	L2	L2	L2	L2	L2	L2	L2	L2	L2	L2	L2	L2
L3. lei federal 10.257/2001 – estatuto da cidade	L3	L3	L3	L3	L3	L3	L3	L3	L3	L3	L3	L3	L3	L3	L3	L3	L3
L4. resolução nº 15 conselho das cidades (2004)	L4	L4	L4	L4	L4	L4	L4	L4	L4	L4	L4	L4	L4	L4	L4	L4	L4
L5. resolução nº 25 conselho das cidades (2005)	L5	L5	L5	L5	L5	L5	L5	L5	L5	L5	L5	L5	L5	L5	L5	L5	L5
L6. resolução nº 34 conselho das cidades (2005)	L6	L6	L6	L6	L6	L6	L6	L6	L6	L6	L6	L6	L6	L6	L6	L6	L6
L7. resolução nº 83 conselho das cidades (2009)	L7	L7	L7	L7	L7	L7	L7	L7	L7	L7	L7	L7	L7	L7	L7	L7	L7
L8. lei federal nº 6.766/79 (parcelamento do solo urbano)	L8	L8	L8	L8	L8	L8	L8	L8	L8	L8	L8	L8	L8	L8	L8	L8	L8
L9. lei federal nº 13.465/17 (regularização fundiária rural e urbana)	L9	L9	L9	L9	L9	L9	L9	L9	L9	L9	L9	L9	L9	L9	L9	L9	L9
L10. lei federal nº 12.651/12 (código florestal)	L10	L10	L10	L10	L10	L10	L10	L10	L10	L10	L10	L10	L10	L10	L10	L10	L10
L11. lei federal nº 6.938/81 (política nacional do meio ambiente)	L11	L11	L11	L11	L11	L11	L11	L11	L11	L11	L11	L11	L11	L11	L11	L11	L11
L12. lei federal nº 9.433/97 (política nacional de recursos hídricos)	L12	L12	L12	L12	L12	L12	L12	L12	L12	L12	L12	L12	L12	L12	L12	L12	L12
L13. lei federal nº 12.608/12 (política nacional de proteção e defesa civil)	L13	L13	L13	L13	L13	L13	L13	L13	L13	L13	L13	L13	L13	L13	L13	L13	L13
L14. lei estadual nº 14.065/09 (código ambiental de Santa Catarina)	L14	L14	L14	L14	L14	L14	L14	L14	L14	L14	L14	L14	L14	L14	L14	L14	L14
L15. lei federal nº 11.445/07 (diretrizes nacionais para o saneamento básico)	L15	L15	L15	L15	L15	L15	L15	L15	L15	L15	L15	L15	L15	L15	L15	L15	L15
L16. lei federal nº 11.977/09 (pmcmv e regularização fundiária de assentamentos em áreas urbanas)	L16	L16	L16	L16	L16	L16	L16	L16	L16	L16	L16	L16	L16	L16	L16	L16	L16
L17. lei federal nº 12.305/10 (política nacional de resíduos sólidos)	L17	L17	L17	L17	L17	L17	L17	L17	L17	L17	L17	L17	L17	L17	L17	L17	L17
L18. lei federal nº 12.587/12 (política nacional de mobilidade urbana)	L18	L18	L18	L18	L18	L18	L18	L18	L18	L18	L18	L18	L18	L18	L18	L18	L18
L19. estatuto da metrópole	L19	L19	L19	L19	L19	L19	L19	L19	L19	L19	L19	L19	L19	L19	L19	L19	L19
L20. desenvolvimento e gestão estaduais	L20	L20	L20	L20	L20	L20	L20	L20	L20	L20	L20	L20	L20	L20	L20	L20	L20
L21. planos nacional e estadual de gerenciamento costeiro	L21	L21	L21	L21	L21	L21	L21	L21	L21	L21	L21	L21	L21	L21	L21	L21	L21

Fonte: CAUSC



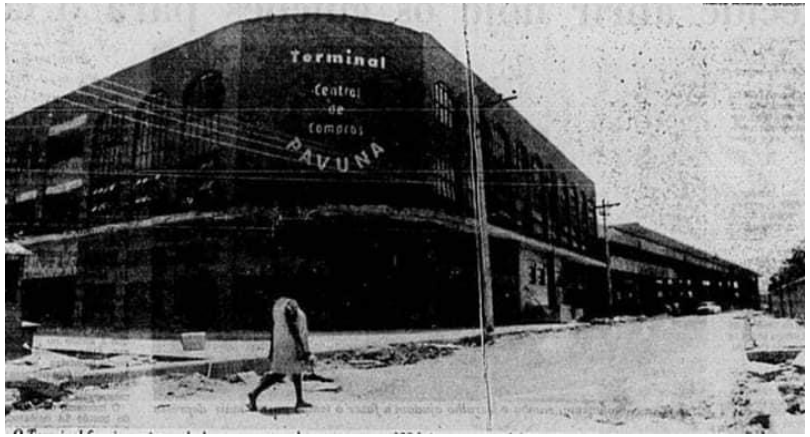


SJM- **Déficit Habitacional**
6043,1 unidades
Fonte: PDDI

PLANO DIRETOR
Pensar, planejar e transformar

SEMINÁRIO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos TREZE TÍLIAS / SC
Realização FECAM EGEM
Participação CAU/SC SANTA CATARINA

Estudo de caso: São João de Meriti













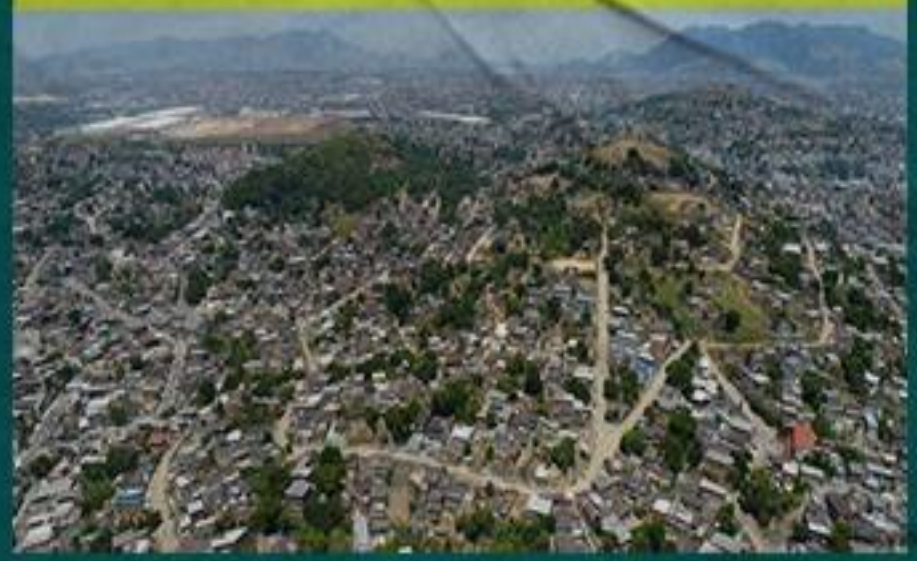
PLANO DIRETOR
Pensar, planejar e transformar

SEMINÁRIO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC

Realização
FECAM
EGEM

Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA

VISTA AEREA - VENDA VELHA



ROD. PRES. DUTRA - SJM



MORRO DA AERONÁUTICA - SJM



VIA LIGHT - SJM



SEMINÁRIO ESTADUAL DE
HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC

Realização
FECAM
EGEM

Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA

Dados populacionais

Bairro	Área* (km²)	Habitantes - Censo 2010	Densidade Censo 2010 (hab/km²)	Habitantes** - Projeção 2020	Densidade Projeção 2020 (hab/km²)	Habitantes*** - Projeção 2030	Densidade Projeção 2030 (hab/km²)
AGOSTINHO PORTO	0,82	12827	15643	13225	16128	13635	16629
CENTRO	1,85	25244	13625	26027	14048	26835	14484
COELHO DA ROCHA	2,80	41490	14833	42778	15294	44105	15768
ÉDEN	4,16	62359	14993	64295	15458	66290	15938
ENGENHEIRO BELFORD	0,64	11238	17434	11587	17975	11946	18533
JARDIM MERITI	2,27	27118	11973	27960	12344	28827	12727
JARDIM METRÓPOLE	1,80	21225	11813	21884	12180	22563	12558
JARDIM PARAÍSO	0,51	7341	14338	7568	14783	7803	15242
JARDIM SUMARÉ	2,63	26881	10223	27715	10540	28575	10867
PARQUE ARARUAMA	2,84	38248	13452	39435	13869	40659	14300
SÃO MATEUS	1,23	17420	14176	17961	14616	18518	15069
TOMAZINHO	0,85	12234	14455	12614	14904	13005	15366
VENDA VELHA	3,68	27180	7381	28023	7610	28893	7846
VILA ROSALI	1,34	21441	16034	22106	16532	22792	17045
VILA TIRADENTES	0,92	17138	18546	17669	19121	18218	19715
VILAR DOS TELES	6,63	89288	13466	92058	13884	94915	14315

2021- Densidade atual:
13574 hab/km2 ou
163,65 hab/ha (1 há- 10000m2)

2030-Densidade projetada: a densidade urbana hoje

Para Zmitrowicz & De Angelis Neto (40), a **densidade** média de 60 famílias por hectare (cerca de 200 hab./ha)

*Refere-se à área da malha censitária com informação associada que se encontra dentro da delimitação geográfica em questão

** Admitindo-se crescimento de 3.10% homogêneo para todo o município; valor oriundo da comparação Projeção IBGE 2020 e levantamento Censo 2010 (Disponível na plataforma IBGE Cidades)

*** Admitindo-se crescimento homogêneo para todo território municipal no período 2020-2030 similar ao crescimento municipal estimado pelo IGBE para o período 2010 -2020

PLANO DIRETOR
Pensar, planejar e transformar

SEMINÁRIO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos TREZE TÍLIAS / SC
Realização FECAM EGEM
Participação CAU/SC SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO JOÃO DE MERITI
CAPTAÇÃO DE RECURSOS, URBANISMO E HABITAÇÃO

PLANO DIRETOR SÃO JOÃO DE MERITI

autografics arquitetura&planejamento

PESQUISA AMOSTRAL SOBRE O PLANO DIRETOR DE SÃO JOÃO DE MERITI

NOME DO AGENTE (equipe "Melhor em Casa"):	Entrevista feita:
NOME DO ENTREVISTADO:	( ) Em Campo
BAIRRO EM QUE MORA:	( ) Na Clínica (PSF)
ENDEREÇO:	Data da Entrevista
TELEFONE:	____/____/_____

	CARACTERÍSTICAS DA RUA, DO LOTE E DA RESIDÊNCIA:					
1	Tem quantas casas no lote onde você mora?	1 ( )	2 ( )	3 ( )	4 ( )	+ 4 ( )
2	Quantos andares têm na sua casa?	1 ( )	2 ( )	3 ( )	4 ( )	+ 4 ( )
3	Quantos dias por semana falta água em sua casa?	Nenhum ( )	1 a 3 ( )	4 a 6 ( )	Todos ( )	
4	Sua casa possui:	Cisterna ( )	Caixa d'água ( )	Poço ( )		
5	O esgoto de sua casa é lançado:	( ) Em fossa	( ) Na rede pública	( ) Direto na rua ou canal		
6	Como é o quintal ou Jardim de sua casa?	vegetaçã em solo natural/terra ( )	Cimentado ( )	outros ( )		
7	A sua rua alagada quando chove?	SIM ( )	NÃO ( )	NÃO SEI ( )		
8	A iluminação da sua rua é suficiente?	SIM ( )	NÃO ( )	NÃO SEI ( )		
9	A coleta de lixo da sua rua é eficiente?	SIM ( )	NÃO ( )	NÃO SEI ( )		
10	Quais Equipamentos Sociais existem no seu bairro?	Posto ( )	Escola ( )	Praça ( )	nenhum destes ( )	
	SOBRE O PLANO DIRETOR VIGENTE:					
11	Você concorda com as seguintes propostas que estão na lei do Plano Diretor?					
a.	Criar meios para melhoria do problema habitacional, do transporte e emprego e renda?	SIM ( )	NÃO ( )	NÃO SEI ( )		
b.	Preservar as áreas verdes de rios e nascentes para melhoria da qualidade de vida?	SIM ( )	NÃO ( )	NÃO SEI ( )		
c.	Incentivar o plantio de árvores nas calçadas e nos jardins e quintais para a melhoria do clima local?	SIM ( )	NÃO ( )	NÃO SEI ( )		
d.	Estimular os meios e canais de participação social?	SIM ( )	NÃO ( )	NÃO SEI ( )		
e.	Que a cobrança do IPTU Progressivo sobre os grandes terrenos sem uso (vazios) seja feita para que este imposto seja investido em melhorias na cidade?	SIM ( )	NÃO ( )	NÃO SEI ( )		
f.	Que grandes terrenos sem uso (vazios) com dívida junto ao município possam ser desapropriados para atender as demandas da população para melhorarias na cidade?	SIM ( )	NÃO ( )	NÃO SEI ( )		
12	Você concorda com incentivo para a construção de edifícios de mais de 2 andares com o objetivo de aumentar o espaço no terreno para o plantio de árvores?	SIM ( )	NÃO ( )	NÃO SEI ( )		
13	Você concorda que a melhoria das condições da sua casa (iluminação, ventilação, banheiro e cozinha) reflete na melhoria da saúde de sua família?	SIM ( )	NÃO ( )	NÃO SEI ( )		



Reunião e pesquisa do PSF

SEMINÁRIO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos TREZE TÍLIAS / SC
Realização FECAM EGEM
Participação CAU/SC SANTA CATARINA

Visitas a campo








PLANO DIRETOR
Pensar, planejar e transformar

SEMINÁRIO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC

Realização
FECAM
EGEM

Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA

Relatório de Leitura Técnica Comunitária













PLANO DIRETOR
Pensar, planejar e transformar

SEMINÁRIO ESTADUAL DE
HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC
Realização
FECAM
EGEM
Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA

Relatório de Leitura Técnica Comunitária







PLANO DIRETOR
Pensar, planejar e transformar

SEMINÁRIO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC

Realização
FECAM
EGEM

Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA

MAPA GEOLÓGICO

Depósito Colúvio-aluvionar

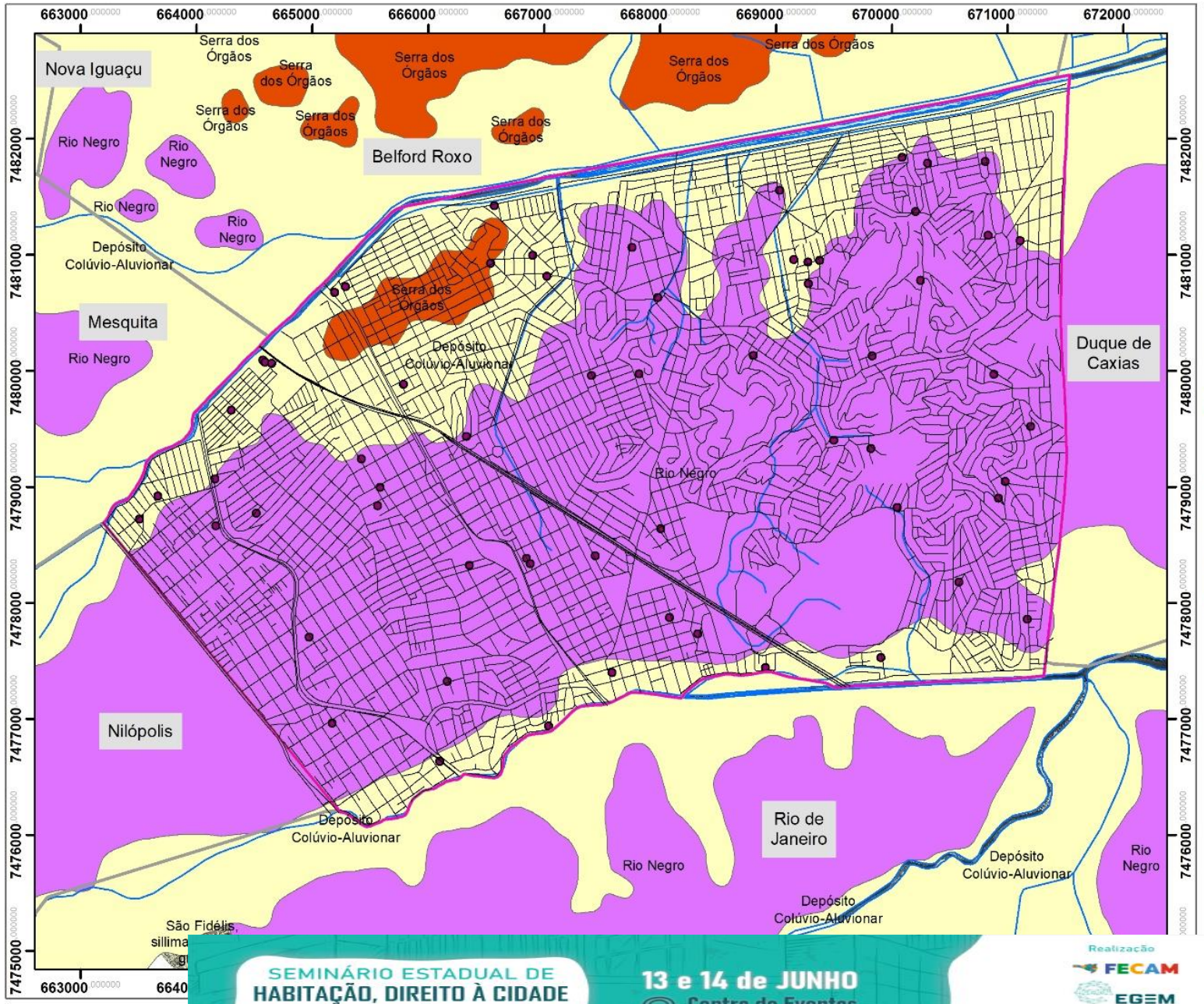
Areias com intercalações de argila, cascalho e restos de matéria orgânica, areias finas, estratificadas, moderadamente selecionadas, intercaladas com lentes de argilas

Complexo Rio Negro

São terrenos formados por gnaisses mesocráticos, intensamente deformados e migmatizados, de aspecto geralmente bandado

Suíte Serra dos Órgãos

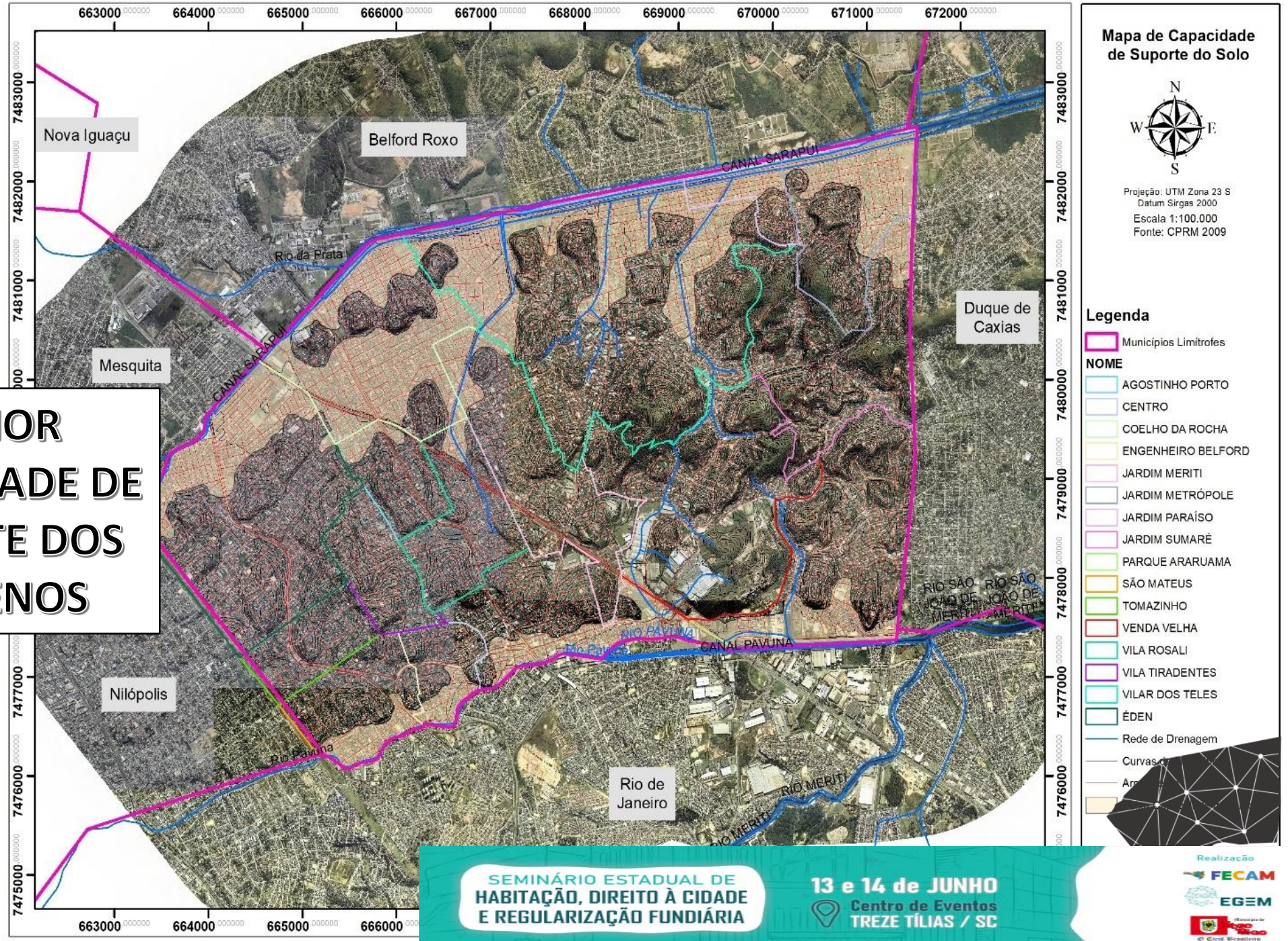
São terrenos formados por biotita hornblenda ortognaisses graníticos a granodioríticos foliados a relativamente homogêneos, de granulação grossa, cor branca a cinza claro.





SEMINÁRIO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos TREZE TÍLIAS / SC
Realização FECAM EGEM
Participação CAU/SC SANTA CATARINA

MENOR CAPACIDADE DE SUPORTE DOS TERRENOS



Mapa de Capacidade de Suporte do Solo

N
W E
S

Projeção: UTM Zona 23 S
Datum Sirgas 2000
Escala 1:100.000
Fonte: CPRM 2009

Legenda

- Municípios Limítrofes

NOME

- AGOSTINHO PORTO
- CENTRO
- COELHO DA ROCHA
- ENGENHEIRO BELFORD
- JARDIM MERITI
- JARDIM METRÓPOLE
- JARDIM PARAÍSO
- JARDIM SUMARÉ
- PARQUE ARARUAMA
- SÃO MATEUS
- TOMAZINHO
- VENDA VELHA
- VILA ROSALI
- VILA TIRADENTES
- VILAR DOS TELES
- ÉDEN
- Rede de Drenagem
- Curvas de
- Ar

PLANO DIRETOR
Pensar, planejar e transformar

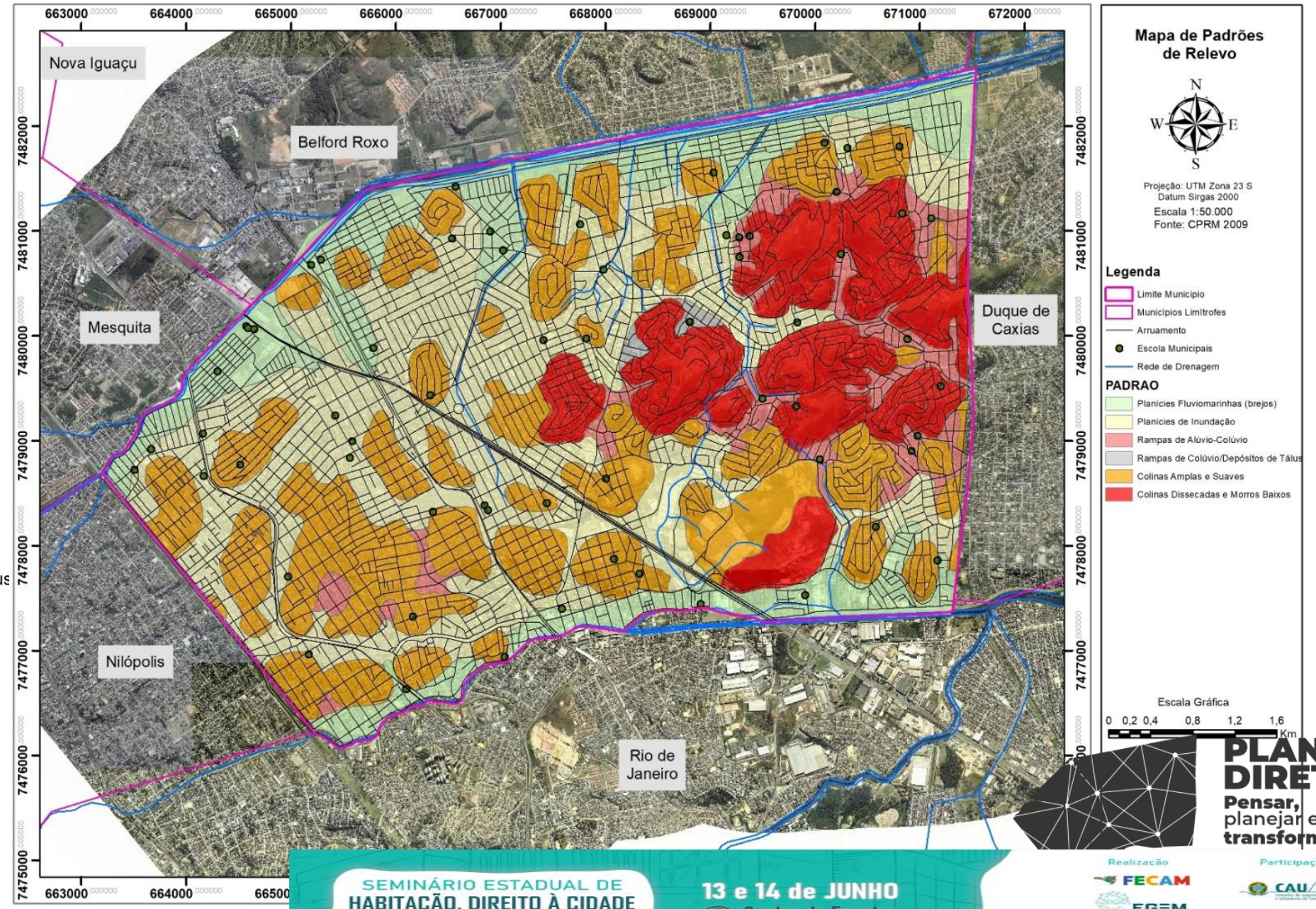
SEMINÁRIO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos TREZE TÍLIAS / SC
Realização FECAM EGEM
Participação CAU/SC SANTA CATARINA

MAPA GEOMORFOLÓGICO

Projeção: UTM Zona 23 S
Datum Sirgas 2000

Escala 1:50.000
Fonte: CPRM 2009

- Planícies Fluviomarinhas (brejos)
- Planícies de Inundação
- Rampas de Alúvio-Colúvio
- Rampas de Colúvio/Depósitos de Tálus
- Colinas Amplas e Suaves
- Colinas Dissecadas e Morros Baixos

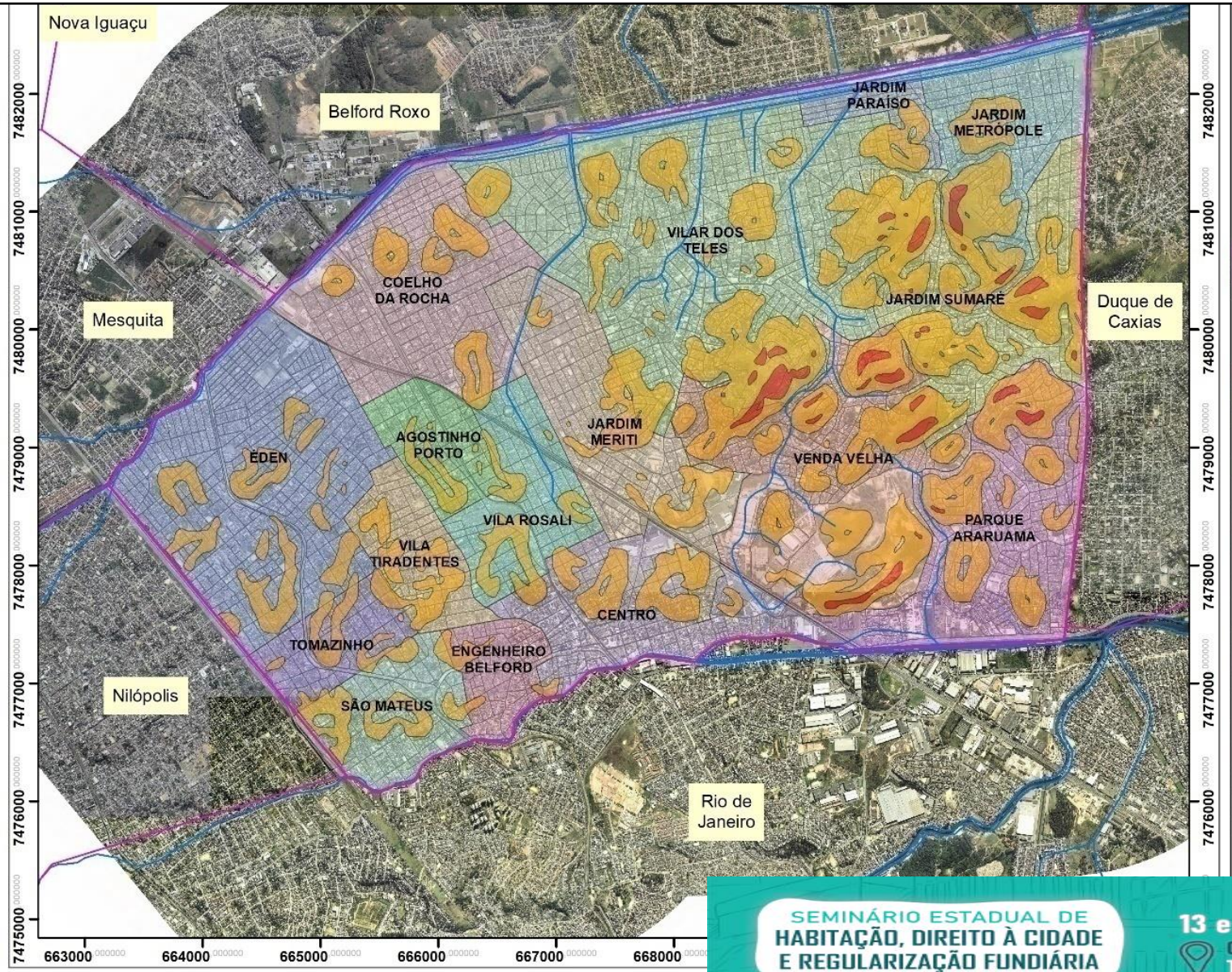


PLANO DIRETOR
Pensar, planejar e transformar

SEMINÁRIO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos TREZE TÍLIAS / SC

Realização: FECAM, EGEM
Participação: CAU/SC, Santa Catarina

SUSCETIBILIDADE À OCORRÊNCIA DE MOVIMENTOS GRAVITACIONAIS DE MASSA



N
W E
S

Projeção: UTM Zona 23 S
Datum Sirgas 2000
Escala 1:50.000
Fonte: CPRM 2015

Legenda

- Limite Municipio
- Municípios_Limítrofes
- Rede de Drenagem

Susc. a Mov. de Massa

Classificação

- Alta
- Média
- <all other values>

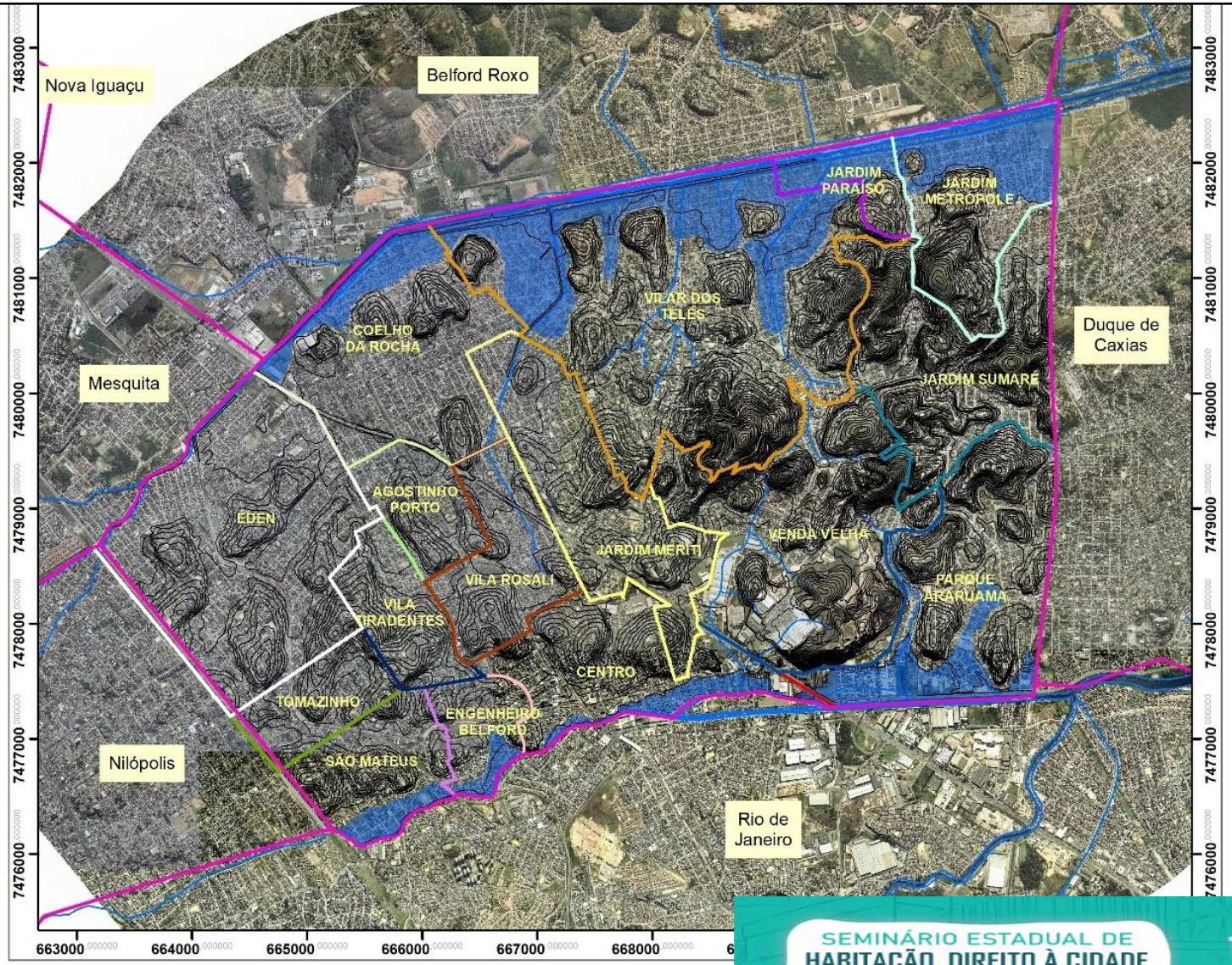
BAIRROS

- AGOSTINHO PORTO
- CENTRO
- COELHO DA ROCHA
- ENGENHEIRO BELFORD
- JARDIM MERITI
- JARDIM METRÓPOLE
- JARDIM PARAÍSO
- JARDIM SUMARÉ
- PARQUE ARARUAMA
- SÃO MATEUS
- TOMAZINHO
- VENDA VELHA
- VILA ROSALI
- VILA TIRADENTES
- VILAR DOS TELES
- ÉDEN
- Arruamento

PLANO DIRETOR
Pensar, planejar e transformar

SEMINÁRIO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos TREZE TÍLIAS / SC
Realização FECAM EGEM
Participação CAU/SC SANTA CATARINA

SUSCETIBILIDADE À OCORRÊNCIA DE INUNDAÇÕES



N
W E
S

Projeção: UTM Zona 23 S
Datum Sirgas 2000

Escala 1:25.000

Legenda

- Municípios Limítrofes

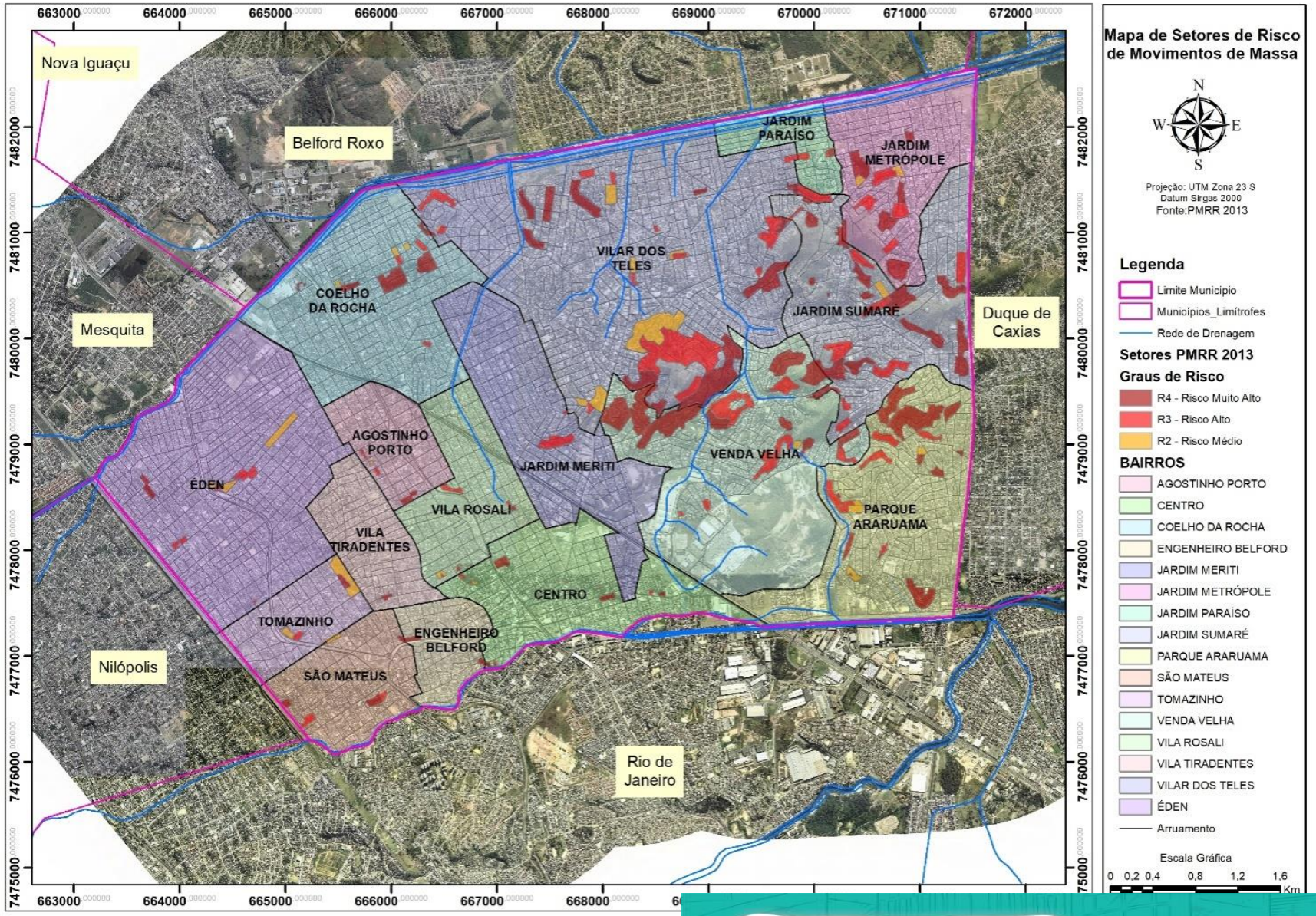
BAIRROS

- AGOSTINHO PORTO
- CENTRO
- COELHO DA ROCHA
- ENGENHEIRO BELFORD
- JARDIM MERITI
- JARDIM METRÓPOLE
- JARDIM PARAÍSO
- JARDIM SUMARÉ
- PARQUE ARARUAMA
- SÃO MATEUS
- TOMAZINHO
- VENDA VELHA
- VILA ROSALI
- VILA TIRADENTES
- VILAR DOS TELES
- ÉDEN
- Curvas de Nível (5m)
- Suscetibilidade a Inundação
- Rede de Drenagem

PLANO DIRETOR
Pensar, planejar e **transformar**

SEMINÁRIO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos TREZE TÍLIAS / SC
Realização FECAM EGEM
Participação CAU/SC SANTA CATARINA

ÁREAS DE PERIGO E RISCO PMRR - 2013



Mapa de Setores de Risco de Movimentos de Massa

N
W E
S

Projeção: UTM Zona 23 S
Datum Sirgas 2000
Fonte:PMRR 2013

Legenda

- Limite Municipio
- Municípios_Limítrofes
- Rede de Drenagem

Setores PMRR 2013

Graus de Risco

- R4 - Risco Muito Alto
- R3 - Risco Alto
- R2 - Risco Médio

BAIRROS

- AGOSTINHO PORTO
- CENTRO
- COELHO DA ROCHA
- ENGENHEIRO BELFORD
- JARDIM MERITI
- JARDIM METRÓPOLE
- JARDIM PARAÍSO
- JARDIM SUMARÉ
- PARQUE ARARUAMA
- SÃO MATEUS
- TOMAZINHO
- VENDA VELHA
- VILA ROSALI
- VILA TIRADENTES
- VILAR DOS TELES
- ÉDEN

Arruamento

Escala Gráfica

0 0,2 0,4 0,8 1,2 1,6 Km

140 setores de risco alto e muito alto relacionados a movimentos gravitacionais de massa englobando 7.625 edificações e 9 setores de risco baixo relacionados a inundações englobando 9.651 edificações.

SEMINÁRIO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos TREZE TÍLIAS / SC
Realização FECAM EGEM
Participação CAU/SC SANTA CATARINA

Grau de Risco	Risco Baixo (R1)	Risco Médio (R2)	Risco Alto (R3)	Risco Muito Alto (R4)	TOTAL
No de Setores de Deslizamentos	1	25	66	74	**166**
No de Setores de Inundações	9	0	0	0	**9**
Nº de Edificações (Deslizamento)	21	1026	2528	5097	**8672**
Nº Estimado de Moradores (Deslizamento)	84	4004	10112	20388	**34588**
Nº de Edificações (Inundação)	9651	0	0	0	**9651**
Nº Estimado de Moradores (Inundação)	38604	0	0	0	**38604**

Quadro 2 - Síntese do resultado do mapeamento das setores de risco do PMRR de 2013

PLANO DIRETOR
Pensar, planejar e transformar

SEMINÁRIO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos TREZE TÍLIAS / SC
Realização FECAM EGEM
Participação CAU/SC SANTA CATARINA

Grau de Risco	Risco Alto (R3)	Risco Muito Alto (R4)	TOTAL
Edificações	2528	5097	7625
Moradores	10112	20388	30500

Quadro 3 - Síntese do resultado do mapeamento dos setores de risco Alto e Muito Alto do PMRR de 2013.

Bairros	Setores PMRR 2013	Referências
Vilar do	SM 059, SM 060, SM 061	PMRR
Jardim Paraíso	SM 059	PMRR
Jardim Metrópole	SM 059	PMRR
Jardim Sumaré	SM 062	PMRR
Parque Araruama	SM 063, SM 064	PMRR
Centro	SM 065	PMRR
Engenheiro Belford	SM 066	PMRR
São Mateus	SM 067	PMRR

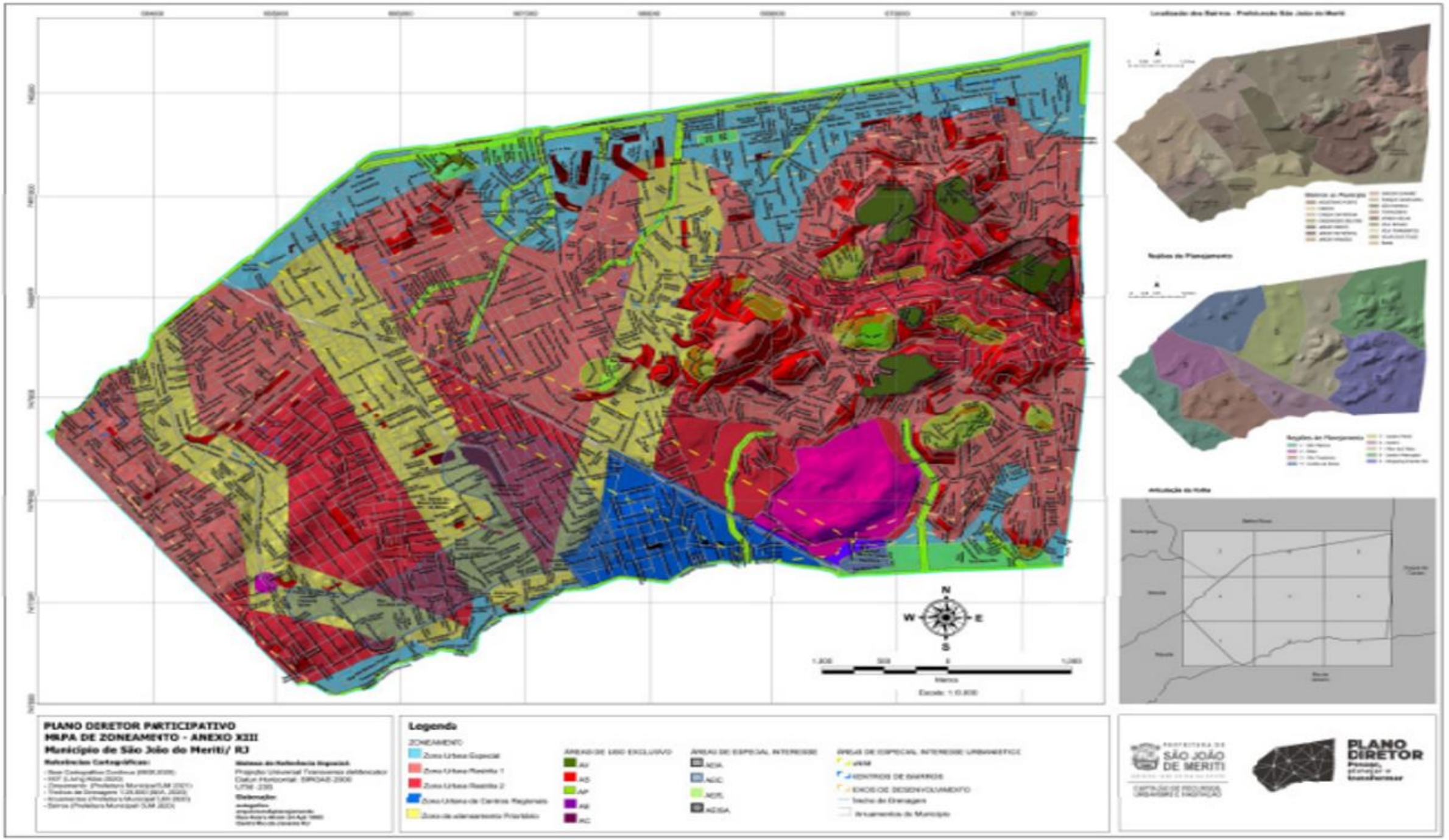
Quadro 4- Identificação dos setores de risco de inundação por Bairro

PLANO DIRETOR
Pensar, planejar e transformar

SEMINÁRIO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos TREZE TÍLIAS / SC
Realização FECAM EGEM
Participação CAU/SC SANTA CATARINA

Zoneamento	CA Básico	CA Máximo	Condicionantes	Afastamento frontal	Recuo de Alinhamento	Afastamento Lateral	Infraestrutura	Afastamento de Fundo	Taxa de Permeabilidade	Lote mínimo	Observação
Zona Urbana de Centros Regionais	1	2	PlanMob/ PDDI/ Plano Mun. De Turismo	AF 0 para regularização/ AF6 para novos usos	NA	Verificar testada média (1,5-2,5) - Cola na divisa até 2 pavtos /Acima de 3 pavto- h/6/	Consolidada	Verificar testada média (1,5-2,5) – Cola na divisa até 2pavtos /Acima de 3 pavto- h/6/	0,25	20x30	Incentivo aoremembrar
Zona Urbana de Adensamento Prioritário	1	5	EIV para entorno	VERIFICAR	Eixo prioritário de transporte com faixa de domínio preservada.	Verificar testada média /Acima de 3 pavto- h/6	A implantar com uso dos instrumentos urbanististicos	Verificar testada média /Acima de 3pavto- h/6	0,3	20x50	Altura maxima na divisa 9m- Camax atende com coeficiente2,0 Habitação de Interesse Social. Permite requalificaçãopara HIS em Vilar dosTeles
Zona Urbana Restrita	1	1	PMSA/PLHIS/PMRR/ PMRS	AF 0 para regularização/ AF3 para novos usos	EM APP	Verificar testada média /Acima de 3 pavto- h/6	A implantar	Verificar testada média /Acima de 3pavto- h/6	0,3	10x20	gabarito de 3 pavto
Zona urbana Restrita 2	1	2	PMSA/PMRR/ PMRS	AF 0 para regularização/ AF3 para novos usos	EM APP	Verificar testada média (1,5-2,5) - Cola na divisa até 2 pavtos- Acima Verticalização não permitida	A completar	Verificar testada média (1,5-2,5) – Cola na divisa até 2pavtos- Acima Verticalização não permitida	0,5	10x20	gabarito de 3 pavto
Zona Urbana Especial	1	1	PMSA/PLHIS/PMRR/ PMRS	PMSA/PLHIS/PMRR/ PMRS	EM APP	Verificar testada média (1,5-2,5) - Cola na divisa até 2 pavtos- Acima Verticalização não permitida	A implantar	Verificar testada média (1,5-2,5) – Cola na divisa até 2pavtos- Acima Verticalizaçãonão permitida	0,5	20X50	Condicionado à obrasde drenagem/ PermiteTDC
Áreas de Especial Interesse - AEIS	**CA Básico**	**CA Máximo**	**Condicionantes**	**Afastamento frontal**	**Recuo de Alinhamento**	**Afastamento Lateral**	**Infraestrutura**	**Afastamento de Fundo**	**Taxa de Permeabilidade**	**Lote mínimo**	**Observação**
AEIS	1	1,5	Plano Urbanistico	NA	NA	NA	A implantar	1,,5	25%	50	
AEIA	1	1	TDC-A	NA	NA	NA	NA	NA	90%	Não se aplica	Para terrenos privados
AEISA	1	1	PMSA/PLHIS/PMRR/ PMRS	PU	NA	A implantar	A implantar	1,5	0,5	20X25	
AEIC	1	1	Anexo X	PU	NA	A implantar	A implantar	PU	0,7	20X25	

Áreas de Especial Interesse Urbanistico AEIU	CA Básico	CA Máximo	Condicionantes	Afastamento frontal	Recuo de Alinhamento	Afastamento Lateral	Infraestrutura	Afastamento de Fundo	Taxa de Permeabilidade	Lote mínimo	Observação
CENTROS DE BAIRROS;	1	2	Classificação em CB2 e CB2 é mais restritiva	AF 0 para regularização/ AF3 para novos usos	NA	Verificar testada média /Acima de 3 pavto- h/6	Consolidada	Verificar testada média /Acima de 3pavto- h/6	0,3	10x25	Altura maxima na divisa 7 m/gabarito 3pavto
ÁREAS DE NEGÓCIOS DE IMPORTÂNCIA METROPOLITANA (ANIM)	1	3	PLHIS / PlanMob/ PDDI	AF 0 para regularização/ AF6 para novos usos	Eixo prioritário de transporte com faixa de domínio preservada.	Verificar testada média /Acima de 3 pavto- h/6	A implantar com uso dos instrumentos urbanististicos	Verificar testada média /Acima de 3pavto- h/6	0,3	20x30	Altura maxima nadivisa 7 m
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO	1	5	PlanMob/ PDDI/ Plano Mun. DeTurismo	AF 0 para regularização/ AF6 para novos usos	Eixo prioritário de transporte com faixa de domínio preservada.	Verificar testada média /Acima de 3 pavto- h/6	A implantar com uso dos instrumentos urbanististicos	Verificar testada média /Acima de 3pavto- h/6	0,3	20x30	Altura maxima na divisa 7 m/gabarito 3pavto
Áreas de Uso Exclusivo - AUE	**CA Básico**	**CA Máximo**	**Condicionantes**	**Afastamento frontal**	**Recuo de Alinhamento**	**Afastamento Lateral**	**Infraestrutura**	**Afastamento de Fundo**	**Taxa de Permeabilidade**	**Lote mínimo**	**Observação**
ÁREAS DE PROTEÇÃO (AP)	0,1	0,2	Legislação ambiental	NA	EM APP	NA	NA	NA	100%	Não se aplica	
AC	1	1	Legislação ambiental	NA	NA	NA	NA	NA	NA	Não se aplica	
AE	1	2	Legislação ambiental	AF 0 para regularização/ AF6 para novos usos	NA	Verificar testada média (1,5-2,5) - Cola na divisa até 2 pavtos- Acima Verticalização não permitida	CONSOLIDADA	Verificar testada média (1,5-2,5) – Cola na divisa até 2pavtos- Acima Verticalizaçãonão permitida	0,3	20x50	Industria, tecnologia, polo comercial podemse instalar neste zoneamento . Condicionada a EIV
AV	1	0,1	Plano Municipal de Drenagem/ Plano de Saneamento e Gerenciamento de Residuos	NA	NA		NA		0,5	Não se aplica	
AS	1	1	PMSA/PLHIS/PMRR/ PMRS/Legislação ambiental		NA	Verificar testada média (1,5-2,5) - Cola na divisa até 2 pavtos- Acima Verticalização não permitida	A implantar	Verificar testada média (1,5-2,5) - Cola na divisa até 2 pavtos- Acima Verticalização não permitida	0,5	20x50	


Localização dos Bairros - Município São João de Meriti
Regiões de Planejamento
Articulação da Malha
N
W
E
S
Escala: 1:0.000
PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
MAPA DE ZONEAMENTO - ANEXO XIII
Município de São João de Meriti/ RJ
Legenda
ZONEAMENTO
Zona Urbana Especial
Zona Urbana Rarefeita 1
Zona Urbana Rarefeita 2
Zona Urbana de Centros Regionais
Zona de adensamento Prioritário
ÁREAS DE USO EXCLUSIVO
AV
AIS
AP
AR
AC
ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE
AEIA
AEIC
AEIR
AEISA
ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE URBANÍSTICO
eixos de desenvolvimento
Trecho de Drainagem
Arruamentos do Município
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DE MERITI
PLANO DIRETOR
Pensar, planejar e transformar

INSTRUMENTOS

Anexo III DIMENSIONAMENTO E APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS POR ZONA, ÁREA, PERIMETROS E EIXOS DE ORDENAMENTO.	Caixa de Captação ou recuo Vegetado	Dispensa de vaga de GARAGEM	Ocupação do espaço aéreo	IPTU Progressivo no tempo e regionalizado	Direito de Preempção	Transferência do Direito de Construir	Outorga Onerosa do Direito de Construir e por alteração de Uso	Operação Urbana	Consórcio Urbanístico	Assistência Técnica para HIS	Tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano	Desapropriação	Servidão administrativa	Instituição de unidades de conservação	Zonas especiais de interesse social	Concessão de uso especial para fins de moradia	Direito de superfície	EIV (ACIMA DE 5000M2)	Audiência Pública
ZONEAMENTO HOMOGENEO																			
Zona Urbana de Centros Regionais	A	S	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S	N	N	N	S	S	S	S
Zona Urbana de Adensamento Prioritário	A	S	S	S	S	N	S	S	S	S	N	N	S	N	N	S	S		
Zona Urbana Restrita	A	N	N	N	S	N	N	N	N	S	N	S	N	S	N	S	S		
Zona urbana consolidada	A	S	N	S	N	N	N	N	N	S	S	N	N	N	N	S	S		
Zona Urbana Especial	A	S	N	N	S	S	N	S	S	S	N	S	N	S	S	S	S		
ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE																			

AEIS	A	S	N	S	S	S	N	N	N	S	N	N	N	S	S	S	S	S	S
AEIA	A	S	N	S	S	S	N	N	N	S	N	N	N	S	S	S	S	S	S
AEISA	A	S	N	S	S	S	N	N	N	S	N	S	N	S	S	S	S		
AEIC	A	S	N	S	S	S	N	N	N	S	S	S	N	S	N	N	N		
ÁREA ESPECIAL INTERESSE URBANISTICO																			
CENTROS DE BAIRROS;	A	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N	N	N	S	S	N	S	S
ÁREAS DE NEGÓCIOS DE IMPORTÂNCIA METROPOLITANA (ANIM)	A	S	S	S	S	N	S	S	S	N	N	S	S	N	N	N	N		
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO	A	S	S	S	S	N	S	S	S	N	N	S	S	N	S	S	N		
ÁREAS DE PROTEÇÃO (AP)	A	S	N	S	S	S		S	S	N	N	S	N	N		N	N		
ÁREAS DE USO EXCLUSIVO (AUE)																			
AC	A	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S	S
AI	A	N	N	S	N	N	S	N	N	N	N	N	S	N	N	N	N		
AV	A	S	N	S	S	S	N	N	N	N	N	S	N	S	N	N	S		
AS	A	S	N	S	S	S	N	S	S	S	N	A	S	S	N	N	S		
OBSERVAÇÕES																			
Impacto	Atividades urbanas licenciadas acima de 5.0000 m2; Necessidade de Deliberação pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano E Conselho de Meio Ambiente. Empreendimentos de impacto regional- Necessidade de Audiência Pública; EIV não dispensa EIA/RIMA; Áreas potencialmente utilizadas por atividade degradante do meio fisico deverão ser objeto de um PRAD.																		



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis		
População residente em aglomerados subnormais	10,32	2010
Domicílios em favelas	0,35	2019
Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora	29,92	2010
ODS 12 - Consumo e produção responsáveis		
Resíduos domiciliar per capita	0,80	2019
População atendida com coleta seletiva	0,00	2019
ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima		
Emissões de CO^2e per capita	1,12	2018
Percentual do município desflorestado	0,00	2019

Instituto Cidades Sustentáveis

Programa Cidades Sustentáveis

SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK

CITinova

PLANO DIRETOR
Pensar, planejar e transformar

Fonte: https://icidadessustentaveis.org.br/



Monitoramento

1-Até a próxima revisão do Plano Diretor de São João do Meriti, garantir o acesso de todos a moradia digna, adequada e a preço acessível aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Municipal de Habitação, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade.

Indicadores: 1.1 -Até a próxima revisão do Plano Diretor de São João do Meriti, redução do percentual de população urbana vivendo em assentamentos precários, assentamentos informais ou domicílios inadequados em SJM.

1.2- Até a próxima revisão do Plano Diretor de São João do Meriti, aumento do atendimento bairro a bairro de transporte público de massa dentro do município.

Fonte: autografics

SEMINÁRIO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos TREZE TÍLIAS / SC
Realização FECAM EGEM
Participação CAU/SC SANTA CATARINA

Monitoramento

1.3- - Até a próxima revisão do Plano Diretor de São João do Meriti, aumento de moradores com acesso a formalização da condição de moradia, inclusa no cadastro, atendida pelo Programa de Assistência Técnica para habitação de interesse social.

1.4- Até a próxima revisão do Plano Diretor de São João do Meriti, aumento do numero de calçadas acessíveis e do atendimento bairro a bairro de transporte público de massa dentro do município.

1.4- Até a próxima revisão do Plano Diretor de São João do Meriti, aumento do atendimento bairro a bairro de transporte público de massa dentro do município.

Fonte: autografics



Monitoramento

Indicadores: Ampliação do percentual ou proporção de população que tem acesso adequado a transporte público, por sexo, idade e pessoas com deficiência;

3- 3.1-Até a próxima revisão do Plano Diretor de São João do Meriti, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todas as 9 unidades administrativas do município.

3.2- Até a próxima revisão do Plano Diretor de São João do Meriti, elaborar e aprovar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana e Sustentável.



PLANO DIRETOR
Pensar, planejar e transformar

Fonte: autografics



Monitoramento

Indicadores: 4- Fortalecimento da participação direta da sociedade civil no planejamento e gestão urbana que opera de forma regular e democrática através da construção de uma agenda pública com reuniões regulares, produção de documentos e realização de Conferencias Municipais.
4.1- Até a próxima revisão do Plano Diretor de São João do Meriti, aumentar o número de reuniões do Conselho Municipal de Política Urbana;
4-2- Até a próxima revisão do Plano Diretor de São João do Meriti, fortalecer as iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio natural e cultural do Brasil, incluindo seu patrimônio material e imaterial.



PLANO DIRETOR
Pensar, planejar e transformar



Monitoramento



Indicadores: 4.2.1 Aumento percentual ou proporcional da despesa municipal (pública e privada) per capita gasta na preservação, proteção e conservação de todo o patrimônio cultural e natural, por tipo de patrimônio (cultural, natural, misto).

4.2.1- - Até a próxima revisão do Plano Diretor de São João do Meriti, aumentar o número de reuniões do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural.

PLANO DIRETOR
Pensar, planejar e transformar

Fonte: autografics



Monitoramento

5- Até a próxima revisão do Plano Diretor de São João do Meriti, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por desastres naturais de origem hidrometeorológica e climatológica;



5.1 - Até a próxima revisão do Plano Diretor de São João do Meriti, diminuir substancialmente o número de pessoas residentes em áreas de risco e as perdas econômicas diretas causadas por esses desastres em relação ao produto interno bruto, com especial atenção na proteção de pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade, de acordo com o Plano Municipal de Redução de Risco.

PLANO DIRETOR
Pensar, planejar e transformar

Fonte: autografics



Monitoramento

Indicadores: 6-Redução percentual ou proporção de redução de perdas econômicas diretas em relação ao PIB, incluindo danos causados por desastres em infra-instrutoras críticas e na interrupção de serviços básicos garantidos a população por 100 mil habitantes.

6- 3- Até a próxima revisão do Plano Diretor de São João do Meriti, reduzir o impacto ambiental negativo *per capita* municipal, melhorando os índices de qualidade do ar e aumento da gestão de resíduos sólidos implementando sistemas de monitoramento de qualidade do ar e planos de gerenciamento de resíduos sólidos através da atualização dos dados municipais.

Indicadores: 6.3.1- Proporção de resíduos sólidos urbanos regularmente coletados e com destino final adequado.

6.3.2-Nível médio anual de partículas inaláveis (ex: com diâmetro inferior a 2,5µm e 10µm) nas cidades (população ponderada)

Fonte: autografics

SEMINÁRIO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos TREZE TÍLIAS / SC
Realização FECAM EGEM
Participação CAU/SC SANTA CATARINA

Monitoramento

7- Até a próxima revisão do Plano Diretor de São João do Meriti, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade.



Indicadores: 7.1-Proporção da área construída no município de São João do Meriti que é espaço público aberto para uso de todos, por sexo, idade e pessoas com deficiência.
7.2-Proporção da população vítima de assédio físico ou sexual, por sexo, grupo etário, pessoas com deficiência e local da ocorrência, nos últimos 12 meses.

PLANO DIRETOR
Pensar, planejar e transformar

Fonte: autografics



Monitoramento

8- Até a próxima revisão do Plano Diretor de São João do Meriti, apoiar a integração econômica, social e ambiental em áreas metropolitanas e entre áreas urbanas, periurbanas, rurais e cidades gêmeas, considerando territórios de povos e comunidades tradicionais, por meio da cooperação interfederativa, reforçando o planejamento nacional, regional e local de desenvolvimento.



Indicadores: Percentual de população que reside no município impactadas pelos planos de desenvolvimento urbano e regional que incluem projeções de população e avaliação de recursos destinados à investimentos da RMRJ em São João do Meriti.

PLANO DIRETOR
Pensar, planejar e transformar

Fonte: autografics



Monitoramento

9-1- Até a próxima revisão do Plano Diretor de São João do Meriti, implantar planos desenvolvidos e implementados para mitigação, adaptação e resiliência a mudanças climáticas e gestão integrada de riscos de desastres de acordo com o Marco de SENDAI.



Indicadores:

9.1-Adoção de estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030.

9.2 - Número de estratégias locais de redução de risco e desastres associadas com a política de habitação e meio ambiente.

PLANO DIRETOR
Pensar, planejar e transformar

Fonte: autografics



Monitoramento



10- Até a próxima revisão do Plano Diretor de São João do Meriti, investir nas regiões menos desenvolvidas do município, de acordo com o Diagnostico do Plano Diretor , inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para a produção de construções sustentáveis e robustas, priorizando recursos locais.

Indicadores: Proporção do recurso financeiro de base orçamentária aplicadas às regiões menos desenvolvidas e destinadas à construção sustentável, formais assegurando a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social;

PLANO DIRETOR
Pensar, planejar e transformar

Fonte: autografics



Figura 1

RELAÇÃO ENTRE PLANOS E O ORÇAMENTO MUNICIPAL



INSTRUMENTOS DO SISTEMA DE GESTÃO MUNICIPAL

PLANO ESTRATÉGICO MUNICIPAL

Plano de Metas

PPA
Plano Plurianual

Tradução orçamentária

LDO LOA
LDO LOA
LDO LOA
LDO LOA

Horizonte temporal	Longo Prazo 10 anos	Médio Prazo 4 anos	Curto Prazo 1 ano
Insumos	Planos Setoriais Plano Diretor Plano Urbano Integrado	Plano de Governo	
Nível do planejamento	Estratégico	Tático	Operacional
Dimensão do desempenho organizacional	Efetividade	Eficácia	Eficiência

EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE

Alguns conceitos comuns e essenciais quando se pensa em gestão[4]

Eficiência. Refere-se à relação entre o quanto é gasto e os produtos e resultados entregues com esse recurso. Uma despesa é considerada eficiente quando consegue fornecer um determinado serviço com qualidade ao menor custo possível. Por exemplo, a despesa com poda de árvores pode ser mais eficiente se planejada em lotes, de forma a reduzir a quantidade de deslocamentos e, consequentemente, o custo com combustível.

Eficácia. Relaciona-se ao quanto uma política atende os objetivos imediatos pensados para ela, ou seja, se os serviços e produtos planejados estão sendo fornecidos. Por exemplo, uma campanha de vacinação é eficaz quando consegue atingir toda a população-alvo e uma política de alfabetização de jovens e adultos é eficaz se consegue garantir a formação dos alunos.

Efetividade. Refere-se ao cumprimento dos objetivos de longo prazo ou, em outras palavras, ao impacto das políticas públicas. Por exemplo, se a política de educação leva a uma melhor capacidade de inserção social e profissional dos alunos ou se a política de saúde aumenta a expectativa de vida da população.

Fonte: https://icidadessustentaveis.org.br/



Programa: [Nome do Município] sem Pobreza

Descrição da Ação	Unidade Respon-sável	Tipo	Produto (bem ou serviço)	Unidade de medida	Ano	Metas Físicas	Valores (em R$)
1. Projeto de Transferência de Renda com Condi-cionalidades	Coorde-nação de Proteção Social Básica	Atividade	Bolsas concedidas a famílias em situação de pobreza	Quantidade de famílias	Ano 1	500	100.000
					Ano 2	1.000	200.000
					Ano 3	1.000	200.000
					Ano 4	1.000	200.000
					Total	3.500	700.000
2. Projeto de Inserção Profissional	Coorde-nação de Proteção Social Básica	Atividade	Capacitação de pessoas em situação de pobreza	Quantidade	Ano 1	150	153.000
					Ano 2	200	204.000
					Ano 3	250	255.000
					Ano 4	300	306.000
					Total	900	918.000

Fonte: Elaboração própria, com base em VAINER; ALBUQUERQUE; GARSON (2001a)

Geração de Política Redistributiva com instrumentos de politica urbana e orçamentária =

Redução das Desigualdades

Fonte:https://icidadessustentaveis.org.br/

SEMINÁRIO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos TREZE TÍLIAS / SC
Realização FECAM EGEM
Participação CAU/SC SANTA CATARINA



Fonte:https://icidadessustentaveis.org.br/



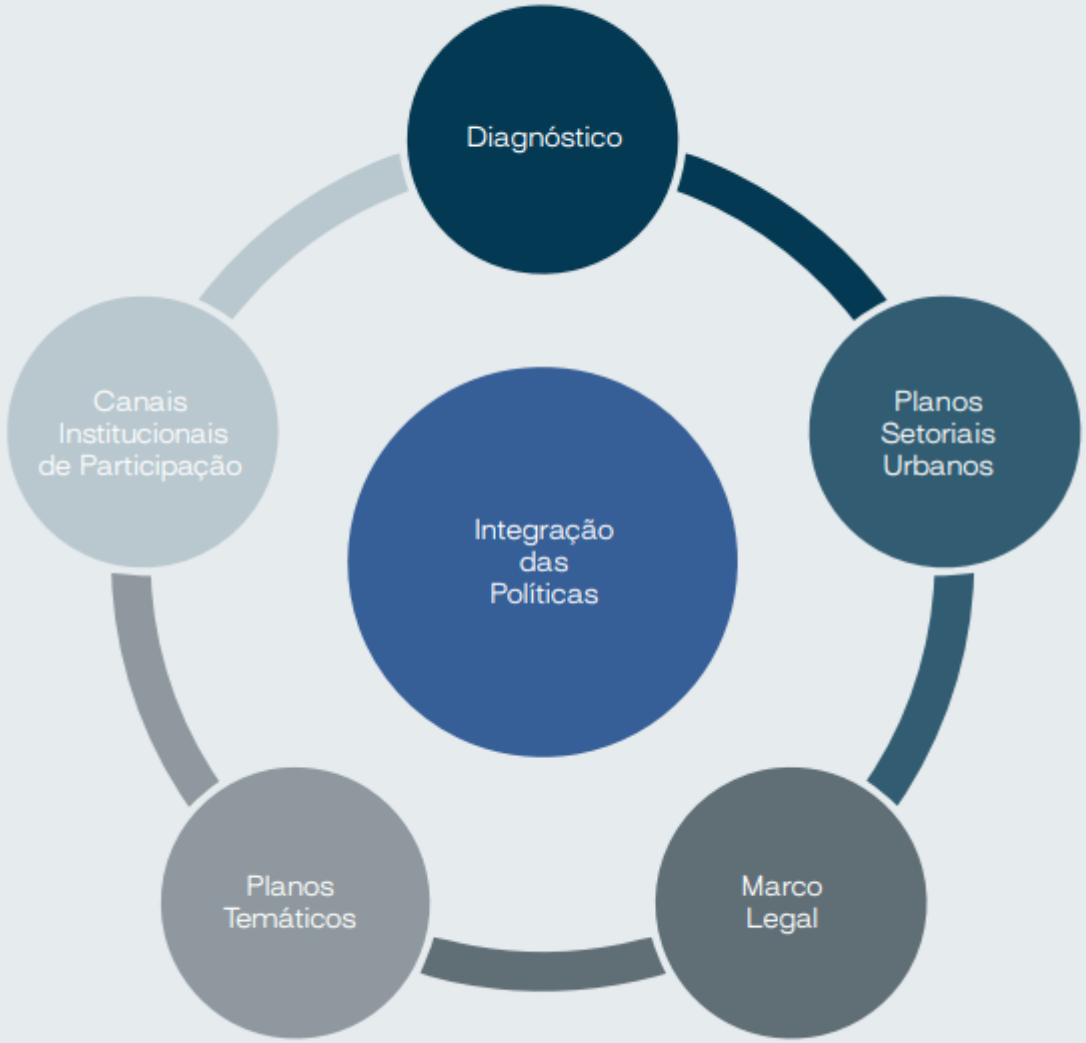


Fonte:https://icidadessustentaveis.org.br/

Planejamento como Política de Estado

SEMINÁRIO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos TREZE TÍLIAS / SC
Realização FECAM EGEM
Participação CAU/SC SANTA CATARINA

INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS



Fonte:https://icidadessustentaveis.org.br/

Integração
Para gerar o futuro....



SEMINÁRIO ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos TREZE TÍLIAS / SC
Realização FECAM EGEM
Participação CAU/SC SANTA CATARINA



SEMINÁRIO ESTADUAL DE
HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC

Realização
FECAM
EGEM

Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA

SEMINÁRIO ESTADUAL DE
HABITAÇÃO, DIREITO À CIDADE
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

13 e 14 de JUNHO
Centro de Eventos
TREZE TÍLIAS / SC

Realização
FECAM
EGEM

Participação
CAU/SC
SANTA CATARINA



Para **TODOS**

Claudia Pires
31-999176542
planosurbanos@gmail.com